



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO – IETU
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

IOLANDA DE ARAÚJO MENDES

**“NÃO SOMOS DECEPADORES DE CABEÇAS”: A GUERRILHA DO
ARAGUAIA E A PARTICIPAÇÃO SURUÍ/AIKEWARA**

Xinguara-PA
2019

IOLANDA DE ARAÚJO MENDES

**“NÃO SOMOS DECEPADORES DE CABEÇAS”: A GUERRILHA DO
ARAGUAIA E A PARTICIPAÇÃO SURUÍ/AIKEWARA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/IETU como requisito necessário para a obtenção do título de graduada em História.

Orientador: **Andrey Minin Martin**

Xinguara- PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial do Instituto de Estudos do Trópico Úmido

Mendes, Iolanda de Araújo

“Não somos decepadores de cabeças”: a guerrilha do Araguaia e a participação Suruí/Aikewara / Iolanda de Araújo Mendes ; orientador, Andrey Minin Martin. Xinguara : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Xinguara, Instituto de Estudos do Trópico Úmido, Curso de Licenciatura Plena em História, Xinguara, 2019.

1. Guerrilhas - Pará. 2. Índios Suruí. 3. Ditadura - Brasil - História. I. Martin, Andrey Minin, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 981.1

IOLANDA DE ARAÚJO MENDES

**“NÃO SOMOS DECEPADORES DE CABEÇAS”: A GUERRILHA DO
ARAGUAIA E A PARTICIPAÇÃO SURUÍ/AIKEWARA**

Aprovada em _____ de _____ de _____

Banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Andrey Minin Martin (Unifesspa)

1º Examinador:

Prof.^a Dr.^a. Anna Carolina de Abreu Coelho (Unifesspa)

2º Examinador:

Prof. Me. Bernard Arthur Silva da Silva (Unifesspa)

“...O historiador não é o sabe, mas o que procura..”

(Lucien Febvre, *O problema da descrença no século XVI*)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao professor Drº. Andrey Minin Martin, por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho e por ter me orientado na pesquisa tão bem, pelas indicações de leituras, livros, pelas discussões, sugestões para melhorar a qualidade do texto, mensagens de ânimo, quando pensei que não aguentaria mais. Enfim, por sua disposição em me auxiliar no desenvolvimento da monografia. Agradeço a todos os professores do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em especial aos professores Anna Carolina de Abreu Coelho e Bernard Arthur Silva da Silva, pela participação na banca de Monografia. Aos meus amigos que a História me deu da turma 2015 que muito me ensinaram durante a minha graduação, em especial Policleiton e Ellen Cristina dando-me sugestões, e com os quais pude trocar ricas experiências sobre pesquisa que sempre estiveram junto comigo nos bons e maus momentos, em especial agradeço. À minha família – meu porto seguro Maria Elisabeth e Clodomir meus pais, por sempre estarem incentivando-me a continuar me dedicando à pesquisa, mesmo nos momentos mais difíceis pelos quais passamos e a meus irmãos e irmãs. Agradeço também a Regiani minha grande amiga da vida, a quem me mostrou esse caminho da História sem sua contribuição não teria chegado até aqui. E a meu Deus, por ter me dado forças para continuar, quando tudo parecia estar muito longe de meu alcance, e por isso, cogitava a possibilidade de desistir.. Em suma, meus sinceros agradecimentos a todos que compartilharam do meu esforço, lágrimas e alegrias ao longo deste trabalho, contribuindo direta ou indiretamente para que ele pudesse se concretizar.

RESUMO

A Guerrilha do Araguaia (1972-1974) é considerada o maior conflito armado ocorrido durante a ditadura militar (1964 -1985). Ocorrida no sudeste do Pará, na região denominada Bico do Papagaio, o tema ainda suscita debates acerca da pluralidade de sujeitos envolvidos no acontecimento. O presente trabalho tem como objetivo analisar a participação do grupo indígena Suruí/Aikewara neste conflito, buscando compreender como esta memória é atualmente construída pelo grupo e exerce força na busca de reparações que permeia este acontecimento. Para tanto, utilizamos os relatórios indígenas concedidos na Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, que teve como proposta analisar e reparar violações dos direitos humanos durante a ditadura militar. Por esta gama documental, em diálogos com a historiografia sobre o tema, propomos analisar um período e acontecimento recente que ainda suscitam um importante debate sobre os Suruí/Aikewara e sua participação no conflito, bem como a mediação destes na tessitura de sua própria história.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia, Suruí/Aikewara, Comissão Nacional da Verdade.

ABSTRACT

The *Guerrilha do Araguaia* (1972-1974) is considered the greatest armed conflict that occurred during the military dictatorship (1964-1985). In the southeast of Pará, in the region called *Bico do Papagaio*, the theme still succinct debates about the plurality of subjects involved in the event. The present work aims to analyze the participation of the indigenous group Suruí/Aikewara in this conflict, seeking to understand how this memory is currently built by the group and exerts force in the search for reparations that permeates this event. To this end, we used the indigenous reports granted in the *Comissão Nacional da Verdade*, created in 2011, which had as its proposal to analyze and repair violations of human rights during the military dictatorship. By this documentary range, in dialogues with historiography on the theme, we propose to analyze a recent period and event that still raises an important debate about the Suruí/Aikewara and their participation in the conflict, as well as the mediation of these in the tessitura of their own history.

Keywords: *Guerrilha do Araguaia, Suruí/Aikewara, Comissão Nacional da Verdade.*

LISTA DE ABREVIACOES

ALN	Aliança Nacional Libertadora
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FUNAI	Fundao Nacional do Índio
IETU	Instituto de Estudos do Trópico Úmido
INCRA	Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrária
PC do B	Partido Comunista do Brasil
SNI	Serviço Nacional de Informao
SPI	Serviço de Proteo ao Índio

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa da região da Guerrilha do Araguaia

Figura 02: Mapa dos conflitos e localização do território Suruí/ Aikewara

Figura 03: Primeiras matérias publicadas com destaque para os Suruí/Aikewara

Figura 04: Edição da revista GQ com a matéria referida

Figura 05: Grupos e comissões organizadas na construção das memórias da guerrilha

SUMÁRIO

Lista de abreviações	8
Lista de Ilustrações.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo I	
“UMA QUESTÃO EM ABERTO QUE MANTÉM VIVO O EPISÓDIO”: O QUE NOS CONTA A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	
1.1 A Guerrilha do Araguaia e os caminhos de um debate em aberto.....	15
1.2 - Historiografia brasileira e a (in) visibilidade Suruí/Aikewara	23
Capítulo II	
OS SURUÍ/AIKEWÁRA E A BUSCA PELO PROTAGONISMO NA GUERRILHA DO ARAGUAIA	
2.1 Decepadores de cabeças? Quando os Aikewara “entram em cena”	32
2.2 A Comissão Nacional da Verdade	39
2.3 Comissão Nacional Suruí/Aikewara e camponesa	45
Capítulo III	
“DE VÍTIMAS AO PROTAGONISMO”: SURUÍ/AIKEWARA NOS RELATÓRIOS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	
3.1 “Temos algo a dizer”	51
Considerações finais	65
Fontes	68
Referências Bibliográficas	69
Anexos	72

INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 2015 cursando a disciplina História do Sul e Sudeste do Pará, ministrada pelos professores Laécio Rocha de Senna Carlos e Anna Carolina de Abreu Coelho, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará– IETU, me deparei, logo na primeira discussão de texto, em debate sobre a chegada dos dominicanos e a catequização dos indígenas na região de Conceição do Araguaia. No decorrer da discussão, ainda sem maior profundidade e esclarecimentos de minha parte sobre o assunto, expressei o seguinte comentário: “professor, não tinha gente não? Só índio!” A resposta vem em forma de questionamento: “como assim, não tinha gente?” E toda turma então sorriu. Logo, o professor percebeu que minha fala representava a ideia do senso comum acerca dos povos indígenas, o que levou, ao longo das aulas, a um maior despertar de interesse pela temática, até a esta presente monografia.

Essa fala, carregada de estereótipos acerca dos povos indígenas, foi construída e naturalizada fruto da própria formação social da região, embebida pela narrativa do colonizador, que até o tempo presente encontra-se emaranhada em grande parte das representações construídas. Os povos indígenas são enquadrados somente ao espaço da floresta e quaisquer comportamentos que não se enquadre nesse padrão descaracterizam o “ser índio” e suas capacidades adaptativas de lidar e redimensionar aspectos sociais, espaciais e culturais, que são desconsiderados ou negados.

A ditadura militar foi um regime político instaurada no Brasil entre 1964 e 1985 que proporcionou distintos capítulos em uma trajetória de luta armada, censura e jogos políticos. Neste aspecto, de longe, a denominada Guerrilha do Araguaia, ocorrida na divisa dos estados do Pará, Maranhão e hoje de Tocantins, em uma região conhecida como Bico do Papagaio, representa o maior conflito armado deste período no país. Seus acontecimentos estão permeados em diferentes fases, ocorridas entre 1972 e 1974, momento da chegada das forças armadas na região até a morte do último guerrilheiro. Em um cenário digno de verdadeira guerra campal, o evento contribuiu significativamente para agravar uma realidade de conflitos agrários que permeiam a região.

Emaranhado neste cenário de violência, centrado entre os jovens do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e o exército brasileiro um grupo, em que sua participação ainda remontam debates, se destacou no tempo presente como os verdadeiros “cortadores de cabeça” desta guerrilha: os indígenas do grupo Suruí/Aikewara. Este grupo, se

estabeleceu no sudeste do estado do Pará no início do século XX, atualmente localizados na aldeia Sororó, entre os municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, uns 100 km de Marabá. A aldeia indígena foi palco para uma das bases militares montada na região durante terceira/ e última operação de aniquilamento aos guerrilheiros. No fim da operação Marajoara a aldeia ficou com aproximadamente 40 (quarenta) indígenas para uma população que era de 126 (cento e vinte seis) antes da chegada dos não indígenas e hoje a mesma conta com mais de 300 (trezentas) pessoas, um aumento populacional considerável se comparado às péssimas condições as quais se encontrava a aldeia no pós-guerrilha.

Durante a Guerrilha do Araguaia houve vários conflitos entre o estado brasileiro e grupos sociais que habitavam na região, envolvendo camponeses, indígenas além dos militantes do partido PCdoB. Contudo, a historiografia até o momento aborda de forma contundente alguns desses grupos que participou do episódio, como os guerrilheiros e os camponeses. Com a chamada virada cultural¹ se buscou viabilizar a participação das minorias nos processos históricos, porém quanto se trata dos povos indígenas eles ainda aparecem de forma parcial em tal evento na historiografia e quando aparecem ainda é como coadjuvantes, à mercê de ideais de não indígenas como se fossem passivos a tais ações.

Contudo, os Suruí/Aikewara foram peças-chaves para o sucesso das campanhas de abatimento dos guerrilheiros, pois em suas terras foi montada uma base militar e os mesmo foram postos como guias dos militares na mata. Tais indígenas que viviam à margem da historiografia se tornam objeto de estudo dessa pesquisa, pois sua participação ativa no bojo dos acontecimentos foi expressiva e marcante como também no desenrolar dos fatos subsequentes, com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011.

Assim, compreender a Guerrilha do Araguaia e a participação dos Suruí/Aikewara é uma das inquietações que movem esta pesquisa. A temática sobre Guerrilha do Araguaia sofreu represálias ficando uma memória traumática em toda a região, não sendo inclusive trabalhadas diretamente tais temáticas nas escolas no ensino básico nas disciplinas obrigatórias, como Estudos Amazônicos.² Trabalhar temas complexos como Guerrilha do

¹ É um novo aspecto acerca da história que surgiu devido a uma crise dos paradigmas. Sob a perspectiva do campo histórico que consequentemente, não pôde ser totalmente respondida, devido sua complexidade em analisar as especificadas de cada grupo e contexto. Para mais informações sobre o tema ler Peter Burke.

² PEIXOTO, Rodrigo, C.D. 2011. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, /v.6, n.3, p. 479-499, set-dez.

Araguaia e sobre a participação dos indígenas Suruí/Aikewara é fundamental para a região que passa por conflitos de terras desde sua formação.

Tendo os fatos relevantes expostos de maneira sucinta, pretende-se com este trabalho, somar no entendimento, clarear algumas dúvidas. Não se pode simplesmente ignorar, subestimar ou diminuir a participação indígena na Guerrilha do Araguaia, o aprofundamento teórico é base de sustentação para trabalhos futuros que ainda podem vir à tona.

Ao longo desse trabalho buscamos analisar como a historiografia vai relatando esse acontecimento e como os grupos vão surgindo, como protagonista, de década em década. De 1980 até 2000 muito se falou sobre a Guerrilha do Araguaia e várias vertentes foram sendo apresentadas, por jornalistas, linguistas, antropólogos, geógrafos e por historiadores, cada um com seu objeto de estudo, onde o desinteresse pelo indígena é significativo. Logo, no primeiro capítulo realizamos uma análise sobre obras publicadas acerca a Guerrilha do Araguaia, situando o leitor sobre sua contextualização e debate historiográfico. Em seguida, observamos como está sendo construída a imagem do indígena e como no passar dos anos vão surgindo novas perspectivas do guerrilheiro, militar e do camponês.

Esse episódio mudou completamente a vida dos moradores da região, principalmente a rotina e a cultura dos povos indígenas Suruí/Aikewara. Assim, no segundo capítulo exploramos o envolvimento de órgãos governamentais, no período do embate, que causaram transtornos irreparáveis a essa população. Contudo, posteriormente a criação da CNV, órgão instituído pelo governo brasileiro, teve um papel fundamental no emergir desta memórias, o que analisaremos ao longo do capítulo.

No terceiro e último capítulo analisamos as estratégias indígenas em defesa de seus interesses, que seriam por uma maior área demarcada, na medida em que o espaço demarcado que se tem hoje não é suficiente para a quantidade de indígenas na aldeia Sororó. Motivados por recentes publicações que os colocam como os “culpados” pela violência ocorrida na guerrilha os Suruí/Aikewara veem nessa visibilidade por meio da CNV possibilitar para expor outra imagem construída em âmbito nacional, oposta das publicações, além de serem reparados pelo o sofrimento causados pelo estado na época da ditadura militar.

Sendo nosso objetivo analisar de que forma de se deu a participação indígena nesse contexto, além de guias dos militares na floresta, não sendo nossa intenção florear as ações de ambos envolvidos na Guerrilha do Araguaia, pois não há justificativas que deem

conta das atrocidades cometidas na repressão, ficando a população local à mercê deste fatos. Logo, tentar compreender como os Suruí/aikewara reagiram ou se posicionaram e como a historiografia tem construído essa participação remontam a proposta deste trabalho.

CAPÍTULO 1

“UMA QUESTÃO EM ABERTO QUE MANTÉM VIVO O EPISÓDIO”³: O QUE NOS CONTA A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

1.1 – A Guerrilha do Araguaia e os caminhos de um debate em aberto

[...] A História como as humanidades de uma forma em geral, tem uma serventia muito mais ampla, no sentido da formação do cidadão, da formação da pessoa, na formação da subjetividade, da personalidade, da forma da pessoa ser, perceber o mundo. (HEINSFELD, 2013, p.26).

Analisar a história do Brasil recente remonta uma tarefa em que sua miríade de fatos acontecimentos ainda ecoam em discursos e narrativas de grupos e sujeitos que, para além de compreender o passado, buscam legitimar suas ações no tempo presente. E, neste aspecto, a ditadura militar⁴ e ações como a Guerrilha do Araguaia compõem, como assevera Rodrigo Peixoto “uma questão aberta que mantém vivo o episódio”⁵.

A Guerrilha do Araguaia compõe um tema ainda latente e aberto a novas interpretações, pelos variados segmentos e áreas de pesquisa. A guerrilha e sua complexidade remontam debates desde a década de 1970, sendo atualmente muito pesquisada dentre os jornalistas, sociólogos, antropólogos e historiadores das várias regiões do país.

Uma das motivações da ampliação destes debates, como veremos, decorre do gradual processo de acesso a novas fontes que tem ocorrido nas últimas décadas, principalmente de arquivos secretos da ditadura militar, bem como de depoimentos de

³ Fala proferida por Paulo Fonteles na Comissão Nacional da Verdade de Marabá, em 2012.

⁴ Uma diversidade de terminologias tem sido apontadas para designar este período, estimulando um interessante debate historiográfico. Neste trabalho adotaremos a expressão ditadura militar, mantendo um diálogo aberto com a pluralidade de autores que utilizam outras terminologias. Para saber mais ver: FICO, Carlos. Ditadura Militar Brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 9, nº 20, 2017.

Neste trabalho adotaremos a terminologia “ditadura militar” a partir das orientações tecidas por REIS, Daniel Arão. *Ditadura Militar, esquerda e sociedade*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

⁵ PEIXOTO, Rodrigo. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, v.6, n.3, 2011 p. 489.

grupos diretamente ligados a este período histórico. Assim acontece com a Guerrilha do Araguaia, há todo momento um fato novo surge e renova o debate, bem como novos sujeitos protagonizam novas histórias e memórias sobre o acontecimento.

E grande parte destes debates tem levantado novas pistas sobre a pluralidade de sujeitos envolvidos na guerrilha, em que se observa que durante e mesmo depois do episódio moradores da região foram perseguidos por autoridades locais e nacionais, caso esses sujeitos falassem sobre o ocorrido com os pesquisadores ou familiares dos desaparecidos que se dirigissem a região em busca de informações. E esse medo de falar sobre o assunto acabou gestando certa nebulosidade sobre a real diversidade de sujeitos presentes, gestando uma sequência de narrativa incompletas e subjetivas.

E dentre estas possíveis lacunas emaranhadas na Guerrilha do Araguaia, a participação indígena sempre foi posta como uma questão em aberto, em especial a participação dos indígenas Suruí/Aikewara no embate entre guerrilheiros e militares. Na medida em que as fontes escritas foram por muito tempo centradas na documentação dos militares que registraram as informações, uma série de obstáculos cercearam seu arquivamento e disponibilização, chegando em alguns casos até mesmo a serem destruídas.⁶

Conjuntamente, outras fontes como as orais tem-se destacado na última década como mecanismo tanto para os grupos envolvidos quanto para pesquisadores para (re) pensar estes acontecimentos. Como iremos observar, para grupos como os Suruí/Aikewara a memória tornou-se campo novo de possibilidades para lutas no tempo presente, alcançando, neste caso, possibilidade de afirmação e reconquista de seu território. Ao mesmo tempo, por se tratar de memórias traumáticas, como nos ensina Bauer e Gertz (2015), o esquecimento e mesmo o silêncio tornam-se dispositivos atenuantes na construção destas narrativas, em que, como assevera Pollak (1989) “como memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas”.⁷

A Guerrilha do Araguaia é considerado como o maior conflito armado da ditadura militar (1964 - 1985). O embate ocorreu na divisa dos estados do Pará e Maranhão, hoje também região do estado de Tocantins, em uma região conhecida como Bico do Papagaio

⁶ BAUER, Caroline S; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regina de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 12.

⁸. O conflito ocorreu entre os anos de 1972 a 1974 centrado no desmonte da luta armada organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região, criando uma verdadeira luta armada na busca dos guerrilheiros e grupos apoiadores, o que agravou o cenário já violento presente nesta região.



Figura 01: Mapa da região da Guerrilha do Araguaia. SANTOS, 2004.

Segundo analisa Daniel Aarão Reis (2005) a luta armada está presente desde o início da ditadura militar, mais precisamente em 1965⁹, expandindo-se por todo o país movimentos de guerrilha armada urbanos e rurais. Deste, a Aliança Nacional Libertadora (ALN), liderada por Carlos Marighela ganharia destaque nas mídias no contexto, assim como as ações empreendidas pelo PC do B. Dentre estas ações a Guerrilha do Araguaia é considerada na historiografia o embate armado mais sangrento em todo período.

Este movimento compõem um espectro da polarização política que pairava no Brasil ao longo da década de 1960, em que essas divergências de interesses custaram vinte

⁸ A região do Bico do Papagaio é permeada historicamente por inúmeras transformações, emaranhadas em conflitos agrários, novos reordenamentos territoriais (como com o desmembramento e criação do estado de Tocantins) e a Guerrilha do Araguaia. ALMEIDA, Ruteia Lima. *Geografia regional contemporânea do bico do papagaio: a região e a regionalização*. XI Encontro ANPEGE. São Paulo, Unesp, 2015.

⁹ Podemos destacarmos o atentado ocorrido no aeroporto de Jaboatão dos Guararapes, em Recife, que culminou na morte de duas pessoas.

e um anos de regime autoritário ¹⁰. Quando a guerrilha começou o país encontrava-se sob a égide do governo de Emilio Gastarazu Médice, ainda sob o clava do anteriormente aprovado Ato Institucional nº 5, comumente chamado de AI-5, sendo este período considerado pela historiografia como o de maior cerceamento das liberdades e direitos sociais ¹¹. O “endurecimento” do contexto poderiam ser exemplificadas pelas ações empreendidas ao longo da guerrilha, no qual fugiam das ações e práticas adotadas pela ditadura até então, que possuíam um gigantesco sistema de segurança e inteligência militar, utilizando meios para além de qualquer preocupação com os direitos humanos.

A região conhecida como Bico do Papagaio possuía ainda baixo índice populacional, mas com um gradual fluxo de pessoas muito grande, proveniente dos programas expansionistas do governo em voga neste contexto. Mesmo assim a escolha do local para treinamento e ação dos jovens guerrilheiros, como pontual Hugo Stuart ¹² representava nas matas fechadas o “sonho de constituir uma guerrilha no campo”, em uma região ainda distante das capitais e de qualquer preocupação do poder público com a violência existente na região, devido aos intensos conflitos agrários.

Segundo Aloísio M. Souza (2002)¹³ o número de guerrilheiros envolvidos foram noventa e oito, desse número total, quarenta e um guerrilheiros foram executados nas bases montada pelo exército em diversas áreas da região e outros dezoito foram mortos nos enfrentamento, geralmente nas matas. Durante as três operações, que ocorreu entre 1972 e 1974, o exército brasileiro envolveu cerca de três mil militares, incluindo as polícias federais, rodoviárias, Cíveis e militares. Essa estimativa aproximada de mortos ao longo do evento são maiores quando incluímos indígenas, camponeses. Como veremos, nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) esses números chegam a ser imprecisos, devido as contradições na documentação organizada pela ditadura, quase nula em grande parte dos documentos.

¹⁰ No período de 1961 a 1964, o presidente João Belchior Marques Goulart, conhecido como “Jango” foi deposto do seu cargo com um golpe militar, em março de 1964, na medida em que seus atos eram tachados como subversivo comunista, pelos ideais de reforma agrária, dentre outros, como discorre Daniel Aarão Reis (2005). Estruturalmente, o Brasil enfrentava uma crise econômica proveniente de governos anteriores, mas que adentraram as pressões de grupos e sujeitos contrários aos caminhos traçados por este último presidente.

¹¹ Implementado pela Junta Militar em dezembro de 1968, o AI-5 ampliava os poderes diretos de execução presidencial sobre estados e municípios, retirando, dentre outras ações, as garantias constitucionais, como *habeas corpus* de qualquer sujeito acusado de crimes contra a segurança nacional, como seria o caso utilizado contra a guerrilha.

¹² STUART, Hugo. *A lei da selva: Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

¹³ SOUZA, Aluísio Madruga de Moura *Movimento comunista brasileiro. Guerrilha do Araguaia, revanchismo, a grande verdade*. Brasília: edição do autor, 2002.

Ao longo do conflito, entre 1972 a 1974, foram realizadas três grandes campanhas de busca e abate aos comunistas e apoiadores pelos militares na região do Araguaia. A primeira chamada de “Operação Papagaio” ocorreu no início de 1972 com aproximadamente oitocentos militares envolvidos. Esta primeira operação foi considerada um fracasso, pois, os guerrilheiros tiveram conhecimento da “passagem de agentes federais procurando forasteiros [...] por uma dona de hotel em Xambioá” e mesmo achando que não tinham sido descobertos, conseguiram fugir a tempo e se esconderem em lugar seguro para não serem pegos pelos militares.¹⁴

Diferentes das outras operações, a Operação Papagaio não foi sigilosa, então os guerrilheiros se movimentavam de acordo com os passos dos militares, chegaram a surpreender uma tropa do exército na floresta e “feriram um tenente, um sargento e mataram o cabo Odílio Cruz Rosa, da 5ª Companhia de Guardas, de Belém”¹⁵. Devido à movimentação dos militares ter sido bem expressiva na região, em especial na cidade de Xambioá, onde foi montada uma base, os moradores ficaram assustados com a movimentação e se omitindo em contribuir com os militares.

Mesmo com intimidações e recompensas aos moradores para obter informações que levassem os militares ao paradeiro dos jovens comunistas, os soldados do exército conseguiram capturar somente cinco guerrilheiros na atuação da operação. As estratégias usadas foram consideradas como um fracasso, na medida em que o objetivo geral era fazer uma limpeza total dos guerrilheiros na região do Araguaia em um curto prazo.

A atuação dos militares na operação papagaio não foi bem vista pela maioria da população local, que apoiavam os guerrilheiros pelos serviços sociais prestados a população, como pontua Peixoto (2011). Como contraponto, para conseguir o apoio da população, os militares propagaram a identidade dos guerrilheiros que até então eram sigilosas, criando um clima de desconfiança entre os jovens e a população. No intuito de reverter essa situação, os jovens comunistas tomaram outra postura, passaram a discursar suas ideias políticas revolucionárias, o que não era feito antes da chegada dos militares, o que, de modo geral, contribuiu para o apoio local. O descaso do Estado em prestar os devidos serviços à região contribuiu para aumentar o número de camponeses apoiando a causa dos guerrilheiros e não colaborando de forma expressiva com os militares, que buscavam em outras áreas informações que os levasse ao local exato dos militantes do partido PC do B.

¹⁴ GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 422.

¹⁵ Idem, p. 425.

Ainda em 1972, o Centro de Inteligência do Exército (CIE) obteve informações detalhadas da localização de bases rurais e do movimento guerrilheiro na mata, através da interceptação de Pedro Albuquerque Filho e sua esposa, que foram presos em Fortaleza – CE como afirma Taís Moraes e Eumano Silva (2005) ¹⁶. No primeiro semestre de 1973 o CIE montou uma operação para reconhecimento da área descrita pelo guerrilheiro. Na qual foi intitulada de “Operação Sucurí”, em abril de 1973, sendo a segunda operação limpeza com uma abordagem diferente da primeira operação.

A Operação Sucurí foi totalmente sigilosa, os militares se infiltram disfarçadamente no meio dos camponeses como compradores de arroz, comerciantes e como funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no intuito de colher o maior de número de informação possível que os levasse aos guerrilheiros e de seus apoiadores na região. Esse contato amistoso entre o exército disfarçado e a população local foi bastante significativo para o sucesso da operação, pois os mesmo iam propagando os ideais do estado como “bons” e criminalizando as ações revolucionárias guerrilheira, que dificultaram a aproximação e comunicação entre os guerrilheiros e a população local, dificultando, conseqüentemente, sua permanência na região ¹⁷.

A partir desta nova situação gestada pela operação Sucurí, iniciaram uma nova investida de infiltração, denominada de “Operação Marajoara”. Essa operação teve início em Outubro de 1973, sendo o estágio mais sangrento do embate entre os militantes do PC do B e o exército brasileiro. Logo nos primeiros dias 70% da rede de apoiadores foram neutralizados, os guerrilheiros foram surpreendidos, capturados e presos, sendo sua maioria executados na selva quando houve confronto direto ¹⁸.

A Operação Marajoara contou aproximadamente com trezentos militares e, além de ter sido uma operação sigilosa, o maior apoio da população local, decorrente das operações anteriores, foi determinante para o sucesso. Nessa última operação de caça guerrilheira os militares não usavam fardas e sua duração dependeria dos resultados obtidos que foram satisfatórios para os governantes no momento. Assim, em outubro de 1974 foi executada Walquíria, a última combatente guerrilheira, na cidade de Xambioá. A

¹⁶ MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 4ª. Ed. São Paulo: Edit. Anita Garibaldi, 2005.

¹⁷ PEIXOTO, op. cit.

¹⁸ MORAES E SILVA, op. cit. p. 530.

presença do exército na região do Bico do Papagaio permaneceu e os militares montaram um sistema de repressão e controle chamado de “a guerra que veio depois”¹⁹.

A região do Araguaia foi palco para as mais diversas atrocidades, envolvendo para além das disputas entre guerrilheiros e militares. Muitos grupos e sujeitos acabaram se envolvendo nos conflitos, tais como camponeses, profissionais liberais e mesmo os indígenas Suruí/Aikewara da região do Bico do Papagaio no Sudeste do Pará, onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia. E esta diversidade de relações que ainda ecoam em novas possibilidade de análise.



Figura 02: Mapa dos conflitos e localização do território Suruí/ Aikewara. Fonte: Amaro Júnior, 2014.

As terras dos indígenas Suruí/Aikewara ficam na região do Bico do Papagaio, lugar escolhido pelos guerrilheiros para suas ações. Uma área de 26.258 hectares, hoje

¹⁹ PEIXOTO, op. cit.

demarcada ²⁰. Sendo as terras indígenas inicialmente visitadas na primeira campanha, intitulada como operação Sucurí, apenas uma passagem dos militares para área da floresta onde estavam os guerrilheiros. Logo na terceira e última campanha, a aldeia dos Suruí/Aikewara foi totalmente ocupada pelos militares, decorrendo de uma base permanente na aldeia mudando a vida dos indígenas completamente, em seu aspecto cultural principalmente.

Segundo Rodrigo Peixoto ²¹ a chegada dos primeiros jovens militantes do PC do B no Sul do Pará ocorreu em 1967. Dentre os primeiros a chegar à região estava Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como “Osvaldão” ²², um dos principais integrantes do movimento, ficando famoso na região pela sua estatura física e sua solidariedade aos moradores. A partir da chegada dos guerrilheiros na região, a rotina desses moradores não foram mais a mesma, mas que, diferente do estado, os integrantes do partido comunista prestavam assistência gratuita a população local, que aos poucos, como destacado, tiveram maior proximidade com os mesmos. Dentre os serviços havia doação de remédios, consultas médicas, realização de partos domiciliares, alfabetização de crianças e adultos dentre outras, pois a ausência do estado nesse tipo de assistência era evidente.

De acordo com relatório de Iara Ferraz e Orlando Calheiros ²³ para ação de caça aos guerrilheiros foi montado uma base de operações na aldeia Sororó dos Suruí/Aikewara, que contou diretamente com a colaboração de agentes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Muitos serviram de guias no desbravar das matas, não tendo nenhuma colaboração ou mesmo atenção direta dos militares, expondo no processo uma difícil relação e condição de sobrevivência, em quesitos como moradia, alimentação e cansaço, o que provocou uma série de mortes devido a doenças como tuberculose ²⁴.

Os Suruí/Aikewara que permaneceram na aldeia enquanto as buscas pelos guerrilheiros estavam no seu estágio máximo, os mais velhos, mulheres e crianças, também enfrentaram bastantes dificuldades que considerados pelos antropólogos Iara Ferraz e

²⁰Por meio do Decreto Nº 88.648, em 30 de agosto de 1983, as terras dos indígenas Suruí/Aikewara foi demarcada e homologada com uma área total de 26.258 hectares, distribuídos entre os municípios de São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá. Essas terras expõem como uma ilha verde em meio a uma contínua área de pastagens na medida em que a criação de gado na região e um dos principais meio da economia regional.

²¹ Op. cit.

²² Nascido em 27 de Abril de 1938 em Passa Quatro de Minas Gerais foi um guerrilheiro brasileiro e um dos principais integrantes da Guerrilha do Araguaia, ocorrida no Pará na década de 1970.

²³FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando: “O tempo da guerra” – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia. Relatório Comissão Nacional da Verdade, Maio 2014.

²⁴ GARCIA; Andrea Ponce. *Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal, 03 e 06 de agosto de 2014.

Orlando Calheiros, como cárcere privado, pois os indígenas não podiam sair pra pescar e nem pra caçar e mesmo para fazer suas necessidades fisiológicas na mata. Eram alertados pelos militares que os mesmos podiam ser confundidos com os guerrilheiros e serem assassinados por outros militares que percorriam as matas constantemente em busca dos guerrilheiros, tornando-se prisioneiros em sua própria casa.

Os conflitos na região do Araguaia se deram em diversos grupos, chegando ao ápice da violência ao exterminar os guerrilheiros em 1974. Pensando nesses conflitos na região em especial nas terras dos indígenas, de que maneira os Suruí/Aikewára reagiram ao presenciar esse conflito entre militantes e militares na Guerrilha do Araguaia? Qual foi sua participação, são personagens ativos ao episódio? Pois guias dos militares na floresta sabemos que foram, mas até que ponto essa participação aparece na historiografia brasileira? Contudo, buscaremos compreender nas páginas seguintes, como foram que os Suruí/Aikewára lidaram ou se posicionaram no acontecimento de acordo com a construção historiografia acerca da temática indígena no decorrer do conflito da Guerrilha do Araguaia.

1.2 Historiografia brasileira e a (in) visibilidade Suruí/Aikewára

“Narrar é resistir”²⁵, já dizia um dos personagens de Guimarães Rosa em sua obra, entre a necessidade do contar para resistir a opressão do vivido. E a ditadura militar expõe diretamente esta máxima, tornando-se um dos períodos amplamente posto em debates, dentro e fora da academia. Conjunto aos debates tecidos sobre “golpe ou revolução”, ou das terminologias apropriadas para seu designar, a historiografia sobre este período tem cada vez mais ampliado seu leque de análises, demonstrando suas lacunas e como novos personagens ainda não estão em cena.

As produções até o momento acerca da Guerrilha do Araguaia tiveram significativa ampliação na última década, mas ainda pode ser considerada sucinta se comparada à complexidade e importância do acontecimento. Como apontado pela historiografia²⁶ tem ocorrido no Brasil um movimento revisionista que acompanha os debates existentes em países que viveram regimes autoritários, como Argentina, Chile e Uruguai. Em todos estes

²⁵ ROSA, João Guimarães. Com o vaqueiro Mariano. Rio de Janeiro: Edições Hipocampo, 1952.

²⁶ Obras acerca da Guerrilha do Araguaia: MOURA, 1979; POMAR, 1980; SÁ, 1990; CABRAL, 1993; ROCHA, 1995; CAMPOS FILHO, 1997; NASCIMENTO, 2000; MORAIS e SILVA, 2005; STUART, 2006; RODRIGUES, 2008; PEIXOTO, 2011, 2014; NOSSA, 2012; MECCHI, 2012; TELES, 2014.

tem se estabelecido movimentos e comissões na luta pela reparação aos atos cometidos bem como a divulgação e quebra de sigilo documental, ampliando as possibilidades de debates e produções. A Comissão Nacional da Verdade, como veremos, é um bom exemplo de tais ações.

Segundo Ozias Neves e Vinícius Liebel:

Os fatores que levam a essas ondas são ainda motivo de debate e de análise, mas a literatura aponta para uma preponderância de aspectos externos, como políticas imperialistas, políticas pelos direitos humanos, grau de estabilidade dos países vizinhos, o momento da Guerra Fria, atores e agências internacionais, conjunturas exteriores, etc. [...] Na historiografia recente, o trabalho de James Green (2005) sobre o caso brasileiro pode ser apontado como um exemplo que se aproxima dessa vertente, localizando na mudança de olhar da política externa norte americana em direção aos direitos humanos, durante o governo Carter, um ponto esclarecedor para o recrudescimento da ditadura. Essa aproximação explicativa dos fatores externos nega, entretanto, a teoria da modernização, que prega uma percepção evolutiva determinista, ligando o desenvolvimento econômico ao crescimento dos valores democráticos.²⁷

Ao mesmo tempo, observamos que os debates sobre a ditadura militar e especificamente a Guerrilha do Araguaia desconsideraram por muito tempo o envolvimento de grupos como os Suruí/Aikewara, tornando-se um tema ainda pouco debatido, contribuindo para (in) visibilidade e mesmo a forma como os grupos indígenas ainda permanecem como personagens de um passado remoto. Observando as análises tecidas sobre o período colonial, segundo John Manuel Monteiro²⁸ os novos olhares sobre sua participação na colonização tem lançado novas possibilidades para compreender estes grupos como protagonistas de sua própria história, em movimento, em um processo constante de negociações, adaptações e resistências.

Em trabalhos como os de Mauro Coelho e Rafael Santos²⁹ podemos perceber como as tensões sociais e estratégias adotadas por estes grupos no processo de colonização podem ser entendidas pela condição de sujeitos históricos ativos. Suas estratégias foram uma forma de resistência e adaptação ao processo de colonização. Para além de vencedores e vencidos, entendemos como os indígenas do período colonial souberam lidar com a

²⁷ NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícius. Os regimes militares no Brasil e América do Sul: historiografia e perspectivas. *Revista Eletrônica da ANPHLAC* nº. 18, jan./jul. 2015, p. 06.

²⁸ MONTEIRO, John Manuel. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. In: FAUSTO, Carlos; MONTEIRO, John Manuel. (Org.). *Tempos Índios: História e Narrativas do Novo Mundo*. Pag. Antologia Índios, 2007.

²⁹ SANTOS, Rafael R. N. dos. "Diz o índio..": outra dimensão da lei-políticas indígenas no âmbito do diretório dos índios (1777-1798). Dissertação, UFPA, 2014.

experiência colonial e reagiram de várias formas para permanecer em suas terras e preservar suas culturas. Assim, buscar entender as relações, posições e estratégias emaranhadas na participação indígena na guerrilha contribuem diretamente para compreender seu protagonismo no tempo presente.

As primeiras publicações sobre a guerrilha remontam a década de 1980, centrando suas pesquisas em alguns temas e grupos como os guerrilheiros e militares, sendo quase nulo o debate sobre a participação indígena no evento. A ressalva fica para uma obra de 1978, chamada *A Guerrilha do Araguaia*, no qual, trazendo prefácio de José de Souza Martins, se destaca pela inovação da proposta³⁰ e por ter conseguido, devido à escassez de fontes, realizar um trabalho com depoimentos de diversos agentes envolvidos, como padres, camponeses e inclusive indígenas. Sem trazer maiores informações sobre a participação dos Suruís/Aikewara, contém informações sobre a perseguição e violação dos direitos humanos cometidos na região do Araguaia, informações essas obtidas através de um jornal clandestino dos guerrilheiros, devido a dificultada de obtenção de informações no contexto.

Isto porque, segundo Figueiredo³¹, mesmo a guerrilha tendo findado em 1974, oficialmente as ações de combate contra os guerrilheiros nunca tinham ocorrido. Isto porque as forças de segurança, contando ainda com o intensivo aparato de censura, colocaram o tema na lista de divulgação proibida, sendo somente entre 1978 e 1979 que algumas reportagem circularam na grande imprensa³². No gradual processo de divulgação dos acontecimentos, somado ao importante projeto “Brasil Nunca mais”³³ foram publicadas obras principalmente por jornalistas, como Clóvis Moura (também historiador), Ricardo Kotscho e Fernando Portela. Como contraponto seriam também publicadas obras de militares, como Pedro Cabral e Carlos Alberto Ustra e militantes, como Wladimir Pomar e Glênio Sá.

³⁰ Sua publicação decorre de um projeto da editora Alfa-Ômega com o objetivo de lançar nas bancas de revistas uma série de livros-reportagens temas do tempo presente que eram cerceados pela ditadura. Mesmo criticado à época, por ser considerado partidário, sua publicação alcançou grande número de vendas. DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. *A guerrilha do Araguaia*. Coleção História Imediata, volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978

³¹ FIGUEIREDO, LUCAS. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

³² As primeiras reportagens publicadas ocorreram em Porto Alegre, em 1978, pelo Cojornal, sendo publicadas no ano seguinte outras mais pelo jornal O Estado de São Paulo.

³³ O projeto teve início em 1979 de forma clandestina, coordenado pela arquidiocese de São Paulo, na figura do arcebispo Paulo Evaristo Arns, contando com a colaboração de diversos pesquisadores. Dedicaram entre os anos de 1979 e 1985 a reunir mais de 1 milhão de páginas e cerca de 707 processos do Superior Tribunal Militar. Tal trabalho, finalização em seis tomos, foi reorganizado e publicado em forma de livro em 1985, com o título de “Brasil: Nunca mais”, pela editora Vozes.

Até meados dos anos 1990 o seguimento das publicações eram semelhantes, construídos diretamente por depoimentos e referências de obras então publicadas, centradas em depoimentos de agentes envolvidos no processo, sendo perceptíveis silenciamentos por parte de moradores da região, como pontua Peixoto ³⁴. As obras desse período abordam centralmente as relações entre militares e os jovens comunistas, destacando-se gradualmente os embates e conflitos agrários ou mesmo a questão da luta armada na região ³⁵.

Obras como a de Campos Filho (1997), aborda a resistência de partidos de esquerda e organizações não governamentais que foram de encontro com as práticas da Ditadura Militar. O autor descreve em seu livro as perseguições que os militantes do PC do B sofreram nas cidades e da mudança do grupo para a região do Bico do Papagaio, dando início a principal resistência armada na zona rural. Destacam-se as atrocidades ocorridas ao longo da “Operação Limpeza” e a participação de camponeses e guerrilheiros ao longo das operações. Assim como os demais pesquisadores desse período os povos indígenas ficaram à margem.

Na década de 90, por exemplo, não se abordava o assunto na disciplina de História, não estava incluído nos currículos escolares da região e quando se tentou, em uma das cidades da região, São Geraldo do Araguaia. Foi reprimida tal iniciativa, como nos conta Peixoto:

[...] “dona Oneide, viúva do agente da Comissão Pastoral da terra, Raimundo Ferreira Lima [...] conta que, em 2004, os estudantes da escola em que ela era então diretora quiseram fazer uma representação da guerrilha, na parada de Sete de Setembro. A iniciativa dos estudantes foi, no entanto severamente reprimida por parte das autoridades civis e militares do município” ³⁶.

Observa-se que pairava, como ainda ocorre, sobre a questão certos receios e estranhamentos por parte dos moradores na região, como nos espaços educacionais. As marcas da repressão, somados a grave realidade fundiária existente e ainda fortemente influente em todo palco da guerrilha ainda exercem força em suas narrativas ou mesmo para seus silenciamentos.

³⁴ Op. Cit.

³⁵ Destacam-se obras como SOARES, Gláucio Ary Dillon; Maria Celina D’Araújo e Celso Castro 1995 A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará; CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. A esquerda em armas: a Guerrilha do Araguaia. Goiânia, Centro Editorial Universidade Federal de Goiás, 1997; ROCHA JUNIOR, Deusdedith A. A Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Dissertação. Brasília:Unb, 1995, 158 p.

³⁶ PEIXOTO, op. cit, p. 489.

Como apresentado por Figueiredo, desde a transição e abertura democrática os arquivos da ditadura tornaram-se alvo de debates, sobre seus conteúdos, ocultamentos e possibilidades de abertura. Segundo autor, a partir da década de 1980 órgãos como o Dops Paulista foram extintos e outros como o Serviço Nacional de Informação (SNI) iniciaram um processo de repasse desta documentação, mas não antes da destruição de grande parte dela ³⁷. Ainda assim, observa-se uma crescente produção nas próximas décadas a partir do gradual acesso a tal documentação.

Segundo Bauer e Gertz:

A forma como os processo de transição política foram conduzidos está diretamente relacionada com a conservação e disponibilização dos arquivos da repressão. Dessa forma, os regimes democráticos que sucederam às ditaduras continuaram com problemas para elaborar políticas de liberação da documentação. Em nenhum desses países, a abertura dos arquivos aconteceu como política de governo, mas sim como resultado da luta de parte da sociedade civil. ³⁸

Nas décadas de dois mil é substancial observar como o tema cada vez mais é abordado em debates e trabalhos acadêmicos. Devemos ressaltar que tal fato contrasta com a própria luta destes grupos na garantia de seus direitos políticos, civis e sociais, dando uma visibilidade maior a suas lutas e conseqüentemente conseguindo apoio de entidades para a defesa de suas causas. Conseqüentemente, seus movimentos ecoaram para novas possibilidades de compreensão de sua participação nos episódios, se tornando atores sociais ativos na história da Guerrilha do Araguaia, sendo protagonistas ativos no escrever sua própria história.

Logo, o entendimento sobre a participação local que centrava somente em camponeses e população em geral agora tendia a observar como estes grupos indígenas também se encontravam emaranhados no processo, dando visibilidade as ações Suruí/Akewara na Guerrilha do Araguaia. Este debate adentrava assim os caminhos das relações já conflituosas entre os grupos indígenas e segmentos governamentais e empresariais, devido ao expansionismo de projetos na região norte bem como da ocupação de suas terras, alçando agora novas possibilidades para além de uma historiografia que os colocava como passivos aos acontecimentos. ³⁹

³⁷ FIGUEIREDO, op. cit, p. 52.

³⁸ Op. cit, p. 181.

³⁹ Dentre a diversidade de obras publicadas na última década sobre a Guerrilha do Araguaia e que constam a participação indígena, mesmo que sucinta, podemos destacar: MORAIS E SILVA (2005), GASPARI (2005), RODRIGUES (2008); FIGUEIREDO (2011); NOSSA (2012); MOURÃO (2005); SOUZA (2002);

De forma geral, os debates avançaram no entendimento de que estes sujeitos tiveram direta participação no conflito, mas ainda deixando em aberto as relações e mecanismo de como se procederam. Da ocupação da aldeia ao guiar pelas matas, ainda há um protagonismo parcializado em parte da publicações, que buscam ainda entender esta relação dos Suruís/Aikewara a partir dos guerrilheiros ou militares. Neste aspecto, a memória tem sido observada como uma estratégia/mecanismo pelo qual estes sujeitos têm alçado uma nova visibilidade. Como veremos, a criação de comissões de investigação de direitos humanos sobre a memória da ditadura militar, como a CNV, tem produzido novas possibilidade para o debate, que ficam evidentes nos novos trabalhos.

Rubens Valente lança mão em sua obra de entrevistas com diversos sujeitos que participaram diretamente no processo, tais como antigos funcionários dos órgãos governamentais, como do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), bem com indígenas na aldeia Sororó. Ao traçar este monte de análise observa que o próprio contato com o grupo indígena provocou transformações em seu modo de vida, que resultou, por exemplo, em contágios de doenças e remoção dos mesmos de suas terras. Ressalta que o objetivo expansionista do estado nessas regiões, não sendo percebido o protagonismo indígena, mesmo quando esses povos não aceitavam a remoção e voltavam para suas terras a pé, dias até meses de caminhada pela mata e estradas. E quando fala sobre importantes lideranças, como o cacique Raoni, Megaron Txucarramãe, Marcos Terena, o kayapó Paulinho Paiakan e o yanomami Davi Kopenawa é de forma bem sucinta, em outros casos não aborda com riqueza de detalhes, como por exemplo, a Guerrilha do Araguaia com sua complexidade no período da ditadura militar. Apesar de ser uma pesquisa ampla acerca da questão indígena no período militar, podemos perceber que o livro não tem um problema central a ser seguido, o que resultaria em uma hipótese a ser comprovada, talvez por ser um texto jornalístico com características distinto de trabalhos de historiadores.⁴⁰

Estas análises ainda carecem de maior profundidade. A passividade ainda é guisa nestas produções, sejam influenciados por alguma instância religiosa ou governamentais, camuflando seu poder de decisão e escolha em seu contexto, sendo que tal participação pode ter sido involuntária ou não. Pois os mesmo são capazes de perceber o que lhes

CARVALHO (2004); STUDART (2006); PEIXOTO (2014); KAPPES (2016); MONTEIRO (2018); NEVES E CORRÊA (2011), FERRAZ e CALHEIROS (2014); VALENTE (2017).

⁴⁰ Valente, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

envolve, agindo conforme seus interesses culturais ou econômicos, assim como qualquer outro grupo é movido a partir de seus interesses particulares. De fato, é que os mesmos, possivelmente traçaram planos e medidas para sobreviver aos ataques dos militares e a prova disso é a permanência de sua etnia na mesma região na contemporaneidade e seu aumento populacional, o que não pode ser considerado apenas como crescimento demográfico, e sim como protagonismo, evidenciado por Andrea Ponce Garcia.⁴¹ Após o término da guerrilha a população indígena Suruí/Aikewara diminuiu consideravelmente, sendo sua participação crucial tanto dos indígenas na busca pela mata pelos guerrilheiros e como nos tempos atuais, os mais jovens contribuíram para desenrolar dos fatos juntamente com a CNV na busca dos corpos dos desaparecidos políticos.

Assim, a historiografia caminha para superação de uma possível história fechada nas mesmas polaridades, vítimas ou vilões, passividade ante ao estado ou aos militares, mas ainda com muitas lacunas a serem observadas. As novas abordagens e escrita sobre o tema estão mudando, percebendo que o protagonismo está em pequenas ações. Ainda assim, são sucintos os trabalhos que veem o crescimento demográfico dos indígenas como protagonismo e que as escolhas feitas pelos mesmos são sinais de ação que deve ser vista como significativa. O que não nos cabe dizer se foram boas ou ruins suas escolhas, mas sim decisões tomadas com autonomia por um grupo ou sujeito que é um protagonismo de acordo com suas possibilidades.

Outros trabalhos, como de Ivânia dos Santos Neves e Maurício Neves Corrêa tratam especificamente dos processos de mediação que envolveu o povo indígena Suruí/Aikewára nos últimos anos. A partir da análise do discurso e das discussões dos estudos culturais, pretendeu-se mostrar algumas variantes das tensões discursivas que constituem as fronteiras culturais em que vive atualmente esse povo indígena.⁴² Destacam como projetos educacionais tem contribuído para esta aproximação. O projeto intitulado “Crianças Suruí/Aikewara: entre a tradição e as novas tecnologias na escola”, analisam a relação destes grupos a partir da exposição que tem ocorrido nas diferentes mídias nos últimos anos, como em reportagens em revistas ou mesmo em documentários na televisão. Entende-se a partir da leitura que os cânticos, as pinturas corporais e danças dos indígenas eram desinteressantes para grande parte dos jovens desta etnia até o momento em que sua

⁴¹ Op. cit, 2015.

⁴² NEVES, Ivânia dos Santos; CORRÊA, Maurício Neves. *O povo indígena Aikewára e a Guerrilha do Araguaia: mediação, apropriação e resistência nas fronteiras de identidades*. “Amazônia e o direito de comunicar” - Belém/PA, 2011.

exposição midiática se iniciou. Entendemos que o documentário pode ter contribuído, mas não podemos novamente limitar esta análise a partir de um fator externo, sem compreender os diferentes mecanismos envolvidos neste processo.

O povo Suruí/Aikewara através da educação escolar está registrando sua própria história, contam sua versão dos fatos sem a interferência dos não indígenas, utilizando-se de relatos dos mais velhos, de um mergulho em sua história ímpar. Tudo isto é salutar para que um dia as novas gerações da aldeia Sororó tenham consciência de que houve uma guerrilha na região do Araguaia e de como seu povo teve direta participação neste evento.

Logo, autores como Paula Monteiro tem observado em seu trabalho como a memória é praticada e valorizada em outros países, sobretudo a França, onde os atores históricos são os sobreviventes das tragédias do século XX. A chamada “história social da memória” vem tentando problematizar a memória através da sua inscrição na história e passar tal conhecimento aos mais jovens. A autora busca demonstrar que, de fato, é possível à educação ser um elemento de ressignificação, onde as crianças vão encontrar significados em suas culturas e dar continuidade a história.⁴³

Garcia corrobora em seus trabalhos para demonstrar como a guerrilha intensificou a problemática de conflitos existente na região, não tendo estes sujeitos, segundo autora outras opções ao se verem diretamente envolvidos nos acontecimentos. Conflitos entre os fazendeiros, camponeses e indígenas deram margem a impunidade para os crimes cometidos, sobe a sombra do medo comunista da Guerrilha do Araguaia as autoridades fechavam os olhos para os conflitos agrários na região. E os povos indígenas nunca desistiram de seus direitos, não ficando quietos a tais impunidades, abrindo para a continuidade das lutas no tempo presente.⁴⁴ E grande parte dos trabalhos partem desta tese, da participação dos Suruí/Aikewara como estratégia de resistência para a permanência do grupo na região, tanto no contexto da guerrilha nos anos setenta quanto no tempo presente, por meio dos novos espaços de construção desta memória, na luta, como exemplo, pela demarcação de suas terras. Como afirma Rafael Santos que não precisa de uma reação espasmódica para ser considerada como forma de resistência, há várias outras

⁴³ MONTEIRO, Paula Miranda. *Os suruí/aikewara nos tempos da guerrilha do araguaia: história, memória e educação*. XIV Encontro Nacional de História Oral. Unicamp, 2018.

⁴⁴ GARCIA, Andrea Ponce. *Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN; _____. “Trajetória da(s) memória(s) Aikewara: do evento da Guerrilha do Araguaia até a Comissão de Anistia no atual contexto de revisão da ditadura brasileira”. Dissertação, Unicamp, 2015.

formas de negociação, por meio de argumentos, protestos locais, aliança com lideranças políticas e debates com vários órgãos, sem que haja um embate físico.⁴⁵

O sofrimento que os indígenas passaram não deve ser esquecido de forma alguma. Contudo, Paula Monteiro frisa apenas essa parte da história, se esquecendo de que tais povos que estavam em aproximadamente trintas pessoas na aldeia no final da Guerrilha do Araguaia se multiplicaram e permaneceu no mesmo lugar, diferente de muitos camponeses que foram expulsos de suas terras e que, atualmente, esse grupo é mais de trezentos indígenas. Além de todo trauma e repressão que permaneceu na região após o fim do conflito, esses pouco mais de trinta indígenas, conseguiram demarcar suas terras. E compreender este protagonismo que buscamos ressaltar.

⁴⁵ Op. cit.

CAPÍTULO II

OS SURUÍ/AIKEWÁRA E A BUSCA PELO PROTAGONISMO NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

...quem vai escrever esta história, serão os *kamará* ou serão vocês?...” a gente meio que conseguiu na hora nessa discussão e eu acabei convencendo-os de criar uma comissão deles sem intervenção de outros *kamará*... e a partir desse momento eles tomaram a decisão de criar a própria CV... Como existe no país uma luta no sentido dessa verdade histórica, eu sou daqueles que acredito e incentivo a criação das comissões de verdade, acho que é uma forma interessante de trabalhar o período da ditadura militar... criar comissões de verdade é importante e ajuda muito nessa discussão democrática no Brasil...⁴⁶

2.1 “Decepadores de cabeças?” Quando os Suruí entram em cena...

Segundo os estudos realizados pelo CIMI – Conselho Indigenista Missionário, a região da ocorrida guerrilha foi historicamente ocupada por diferentes etnias, como Karajá, Xambioá, Gorotire Kayapó, Xikrin, Suruí e Kuben-Kran-Kegn.⁴⁷ Ao longo do processo migratório e de ocupação das terras, centralmente no século XX, sua presença foi cada vez mais reduzida. Destes, os Suruí/Aikewara são os povos indígenas, que ainda hoje habitam o sudeste do estado do Pará. Na região do Araguaia, onde aconteceu o maior conflito armado na ditadura militar, a aldeia Sororó dos Suruí/Aikewára está localizada entre os municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, há uns 100 km de Marabá, maior cidade da região.

Devido os confrontos com outra etnia, como com os Xikrin, os Suruí/Aikewára transformações em seu território ocorreram, no qual segundos os antropólogos Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia somente em 1947 foi feito o primeiro contato dessa etnia com os não indígenas, sendo Frei Gil Gomes Leitão o mediador do contato.⁴⁸ Porém, esse contato com os não indígenas eram esporádicos, se tornando frequentes na década de 1960 com os sertanistas, na qual João Correia passou a ter um papel de liderança mudando toda a rotina da aldeia. Após o contato entre indígenas e não indígenas, o grupo sofreu

⁴⁶ Entrevista Paulo Fonteles Filho, 23 de maio 2014, Marabá. Apud GARCIA, 2014.

⁴⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Índios no Brasil e presença missionária*. 1982. Mapa em 1 folha. 30cmx40cm.

⁴⁸ LAIARA, Roque de Barros; MATTA, Roberto da. *Índios e castanheiros: a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 35).

epidemias de varíola e gripe reduzindo a população de 126 para 40 indivíduos. Com a redução de sua população os indígenas foram tentos outras formas de comportamento, o isolamento foi sendo ao poucos quebrados, a produção agrícola de subsistência dos Suruí/Aikewara sendo cada vez menos cultivada, aumentando a dependência dos mesmos aos não indígenas, sejam os padres ou sertanistas.

De acordo com Paula Miranda Monteiro os Suruí/Aikewara pertencem à língua Tupi Guarani, de tronco tupi. Onde a maior parte da comunidade atual fala a língua portuguesa, e uma pequena parcela, os mais idosos, falam a língua materna. Contudo, segundo autora, “se deve ressaltar o grande processo de resistência e de revitalização da língua materna, pelos quais passam os Suruí em busca de fazer com que a língua Suruí volte a ser falada por todos da aldeia Sororó, e esse processo também tem a escola como forte aliada”⁴⁹. No período dos primeiros contatos poucos indígenas falavam o português o que, segundo Monteiro tendo sua atual denominação, Suruí, realizada pelo Frei Gil Gomes Leitão, mas até hoje a mesmo não é totalmente aceita por alguns de seus membros, que se autodenominam Aikewara, de modo que optamos por chamá-los de Suruí/Aikewara. Suruí, pois é nome mais comum e frequente nos relatos produzidos pelos não indígenas e Aikewara por ser o nome que eles se auto denominam.

Somado a tais transformações, o fluxo de pessoas aumentou significativamente na década de setenta, fruto da instalação de grandes os projetos de expansão do governo, tais como os empreendimentos agropecuários, madeireiros, mineração, em especial a rodovia transamazônica, levando ao aumento direto do trabalho das intuições de proteção ao índio.

A memória social que se estabeleceu no processo de construção da região do Araguaia é uma narrativa do colonizador/pioneiro. Tal narrativa demonstra o conflito e disputa de terras entre indígenas e os camponeses, estes são chamados de “pioneiros” que tentam diariamente expulsar os povos indígenas de suas terras como pontua Idelma Santiago Silva.⁵⁰

Tal memória que se constitui baseada pela narrativa do colonizador, além das práticas violentas contra os povos indígenas, fortalece um caminho que já foi trilhado pela historiografia, que busca romper com banalização da cultura indígena, retratando-a como selvagens capazes da mais terríveis barbáries. Sendo assim, sabendo que existe uma

⁴⁹ MONTEIRO, Paula Miranda. *Os suruí/aikewara nos tempos da guerrilha do araguaia: história, memória e educação*. XIV Encontro Nacional de História Oral. Unicamp, 2018, p. 01.

⁵⁰ SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010, p.25.

representação construída sobre os povos indígenas, fruto da própria formação social da região, os eventos ocorridos na década de 1970 iriam alterar novamente sua representação e contato social nesta região.

A Guerrilha do Araguaia contribuiu diretamente para uma mudança de hábitos na aldeia dos Suruí/Aikewara. Tanto pela presença dos paulistas que mantinha uma boa relação com indígenas, com dicas de cultivo a terra e troca de mercadoria como a presença do exército, com uma base militar dentro da aldeia interferindo completamente na rotina dos Suruí/Aikewara.⁵¹ Ainda assim, desde a época um certo “silêncio” demarcou estes acontecimentos, que, nas palavras de Paulo Fonteles Filho “muito já se disse sobre os grupos que lutaram contra o regime...todos já foram citados, menos os índios”.⁵² Algumas publicações e reportagens ao longo dos anos esporadicamente mencionavam os Suruí/Aikewara, mas nada comparado a uma reportagem que recentemente os coloca como “colaboradores” do exército.

Seu destaque se torna salutar devido ao fato de que, conjuntamente aos grupos e comissões que tem explorado esta documentação, esta narrativas têm-se apresentado como uma plataforma para a ação destes sujeitos no tempo presente, implicando em novos movimentos políticos a cargo desta nova geração Suruí/Aikewara que, como adverte Andrea Garcia

recrean hechos de comunicación de la memoria, de transmisión y de resignificación de una versión que ha sido paulatinamente construida contando con la mediación de actores externos y respondiendo a provocaciones y demandas que se actualizan (junto con las categorías), que re-colocan en debate las tensiones entre lo ‘verdadero’ y lo ‘falso’.⁵³

Como já mencionamos, até a publicação desta matéria, em 2011, algumas poucas reportagens sobre a guerrilha em nível nacional haviam mencionado a presença dos Suruí/Aikewara, tendo destaque a publicação na revista História Imediata e revista Movimento, ambas em 1978. As matérias destacam relatos contados pelos indígenas sobre os episódios, em que narram a chegada dos militares, os sons das metralhadoras e a constante procura destes pelo “paulistas terroristas” em todo seu território.

⁵¹ GARCIA; Andrea Ponce. *Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

⁵² Paulo Fonteles Filho foi coordenador da Comissão da Verdade do Estado do Pará. Filho do advogado da CPT, Paulo Fonteles que foi assassinado em 1986, sendo um dos primeiros a pesquisar sobre a Guerrilha do Araguaia.

⁵³ GARCIA, 2015, op. cit, p. 79.



Figura 03 – Primeiras matérias publicadas com destaque para os Suruí/Aikewara

Estas narrativas ganharam maior repercussão entre os próprios indígenas a partir do acesso dos mesmos a publicação da matéria na revista QG (*Gentlemen's Quarterly*).⁵⁴ Essa edição, que traz na capa a modelo Alessandra Ambrósio contém a referida matéria intitulada “ARAGUAIA: Quem cortou a cabeça dos guerrilheiros?”. Essa matéria sobre os indígenas foi produzida pelo escritor e jornalista Lucas Figueiredo em companhia do fotógrafo Daniel Kfoury que visitaram a aldeia Sororó na região do Araguaia.

⁵⁴ GQ é uma revista mensal americana que tem seu público alvo os homens, com dicas de moda, cultura, viagens, artigos produzidos nesse sentido. A revista foi lançada em 1957 nos Estados Unidos e no Brasil seu lançamento foi em Abril de 2011, através da Editora Globo-Condé Nast com a direção de Ricardo Franca Cruz.

A matéria é uma continuidade a um antigo projeto, que tem como intuito pesquisar o desfecho da Guerrilha do Araguaia no regime militar da década de 70. O autor trabalha com relatos dos Suruí/Aikewara, de mateiros que foram guias para o exército e mensagem de e-mail de ex-oficiais. A narrativa do autor é mítica, ao relatar a natureza da região devida sua diversidade, comparando-a com filmes americanos de velho oeste as humildes casas das cidades que passou até chegar à aldeia, e preconceituosa quando chama a região de fim de mundo e ao dizer que os povos indígenas e os mateiros da região foram transformados em mercenários pelo exército brasileiro.



Figura 04 – Edição da revista GQ com a matéria referida.

Cortadores de cabeças. A extensa matéria reporta aos Suruí/Aikewara como aliados diretos dos militares, um grupo marcado pela constante sina de “fugir” e, no tempo presente, “de fugir de seu passado”:

Naquele rincão perdido, conhecido como Bico do Papagaio, quatro décadas atrás, teve lugar um dos episódios mais obscuros da história do Brasil: a transformação de índios em mercenários de guerra do Exército para combater a Guerrilha do Araguaia. Agora, o segredo acabou (...) a força terrestre fez de pacíficos índios *Aikewara* – da aldeia Suruí Sororó, no sudeste do Pará – máquinas de caçar e matar homens. Um militar da reserva que participou das operações afirma que, na caçada humana, os índios feitos mercenários não se limitaram a matar. Cortaram cabeças. Era a prova que o Exército exigia do dever cumprido.⁵⁵

Percebemos na fala do jornalista o quanto essa representação estereotipada que foi criada no século XIX acerca dos povos indígenas, retratando-os como selvagens,

⁵⁵ Revista GQ, abril/2011. Disponível também online em: <http://lfigueiredo.wordpress.com/2012/01/31/arquivo-de-reporter-o-segredo-dos-indios-aikewara/>

infelizmente ainda hoje está presente na imaginação dos não indígenas. Não raro, são de imagens ligadas a um passado distante, geralmente o período colonial e relacionado à origem da nação brasileira, narrativas que remetem os indígenas a chegada dos europeus, não sendo percebidos na atualidade, eles pertenceriam ao passado distante. Manuela Carneiro da Cunha, já apontava esse caráter: “Assim também a História do Brasil, a canônica, começa invariavelmente pelo ‘descobrimento’. São os ‘descobridores’ que a inauguram e conferem aos gentios uma entrada – de serviço – no grande curso da História”.⁵⁶ Tal perspectiva está relacionada a uma história eurocêntrica. Um fator intrigante e que se relaciona as representações que quando os povos indígenas não se enquadram nesse “ser índio”, isolado, caçando e pescando, morando na floresta, nesse imaginário criado pelos não indígenas eles são chamados de aculturados, não seriam “índios de verdade”.

Desse modo, tidos como sujeitos sem atuação política e social no curso da História, a percepção sobre os povos indígenas pode atingir o patamar de “irrelevância” e engendrar noções equivocadas. Evidência disso é como o jornalista retrata os povos indígenas de forma pejorativas, tratando-os como inferiores e classificando os como mercenários, mesmo as fontes apontando para outra direção.

Contudo, há uma contradição muito grande em sua reportagem que nos leva a chegar a uma conclusão distinta. Inicialmente afirma que os Suruí/Aikewara foram transformados em mercenários, assassinos que, de acordo com as recomendações, iam executando as funções ditas pelos militares, informação esta relatada a partir do relato de um militar. Mas sem indicar o referido militar. Depois relata que foram os indígenas que decapitaram os guerrilheiros e não os militares, porém essa afirmação do jornalista parte de uma mensagem de e-mail que o coronel da reserva Aluisio Madruga de Moura e Souza trocou com um colega de profissão, que também não é citado o nome do colega. Na mensagem o coronel afirma que houve o caso de duas cabeças de guerrilheiros cortadas e que foram os Suruí/Aikewara, porém desconhece os detalhes. A suposição de um coronel da reserva é tomada como uma “verdade” para o jornalista:

“Não há por que duvidar da autenticidade do e-mail. Primeiro, porque o endereço do remetente é o mesmo que Madruga usa para vender, pela internet, os livros de sua autoria sobre a luta armada. Segundo porque

⁵⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da.(org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 09.

quem repassou a cópia da mensagem a GQ foi seu destinatário, que datou e assinou o papel de próprio punho”.⁵⁷

Mesmo o Madrugá não falando diretamente sobre os Suruí/Aikewara em seu livro “Guerrilha do Araguaia – Ravanchismo – a Grande Verdade”, essa mensagem de e-mail tem mais peso que todas as páginas do livro, mesmo sendo carregada de estereótipos como “índio é índio” e por isso realizou a decapitação. A percepção em uma visão única em relação à história descaracteriza a cultura do outro, ou seja, inviabiliza a visão da forma que os povos indígenas foram vistos. Insinuar que os povos indígenas são povos primitivos, bárbaros é no mínimo desconsiderar suas formas e práticas culturais, religiosas, sociais e econômicas de viver. Não há uma verdade maior em um ou outro quando se refere ao assunto e sim sua especificidade quando relatam o ocorrido, devemos ter um cuidado ao analisar ambas as fontes.

Outro depoimento importante é do mateiro Sinésio Martins Ribeiro que também serviu de guia ao exército na mata. De acordo Maria Mercês Pinto de Castro todos os homens acima de 18 anos eram recrutados o senhor Sinésio confirma. O mateiro relata que os homens da região foram presos e torturados pelo militares, se vendo obrigados a colaborar com a caça aos guerrilheiros. Ele discorre que foi para matar juntamente com dois mateiros experientes de sua escolha, e sob as orientações dos militares os mateiros decapitaram o guerrilheiro Ari. Posteriormente, o guerrilheiro Jaime Petit da Silva em outra operação, agora com a presença dos militares, e os indígenas que “ficaram assombrados e correram para dentro da mata, chorando. Eles eram frouxos” o mateiro acrescenta.⁵⁸ No relato do mateiro ele dar conta das duas cabeças que foram decapitadas e o mesmo afirma que foi por ele e seus companheiros. Caindo por terra o e-mail de Maduro em que diziam ter sido os indígenas que fizeram tal ação, mas ainda assim a acusação que foi os Suruí/Aikewara que fizeram as decapitações permanece na narrativa do jornalista.

A reportagem minimiza os sofrimentos dos moradores da região, assim como os dos Suruí/Aikewara, embasado na análise do historiador Hugo Studart, quando destaca as recompensas que essas pessoas tiveram por contribuir com os militares, como se elas tivessem pedido que essa guerra acontecesse. O jornalista se esquece de várias mortes de camponeses, indígenas e mateiros por consequências de maus tratos, quando estavam em poder do exército. Com o fim da Guerrilha do Araguaia e com toda a visibilidade do conflito entre militares e militantes do PC do B que envolveu toda uma comunidade que

⁵⁷ Revista GQ, 2011.

⁵⁸ FIGUEIREDO, Lucas. “O segredo dos índios Aikewara”. *Revista GQ*, n.1, abril 2011, pp. 156-163.

não sabia das questões que estavam em jogo, em 1975, coincidentemente ou não, as terras dos Suruí/Aikewara foram demarcadas pelo governo federal, com 26,2 mil hectares dando uma instabilidade ao grupo que sobreviveu aos dias nebulosos no pós-guerrilha.

O exército impôs uma série de restrições a práticas e hábitos dos Suruí/Aikewara enquanto permaneceram na aldeia, que deixaram sequelas na cultura desse grupo, que influem na interpretação sobre este passado. Porém, observa a necessidade de contar sua própria história e não deixar que terceiros interpretem seu modo de vida.

Basicamente um ano após a publicação da matéria na revista, os povos indígenas Suruí/Aikewara são novamente visitados e por meio da construção de um novo espaço para falarem sobre o que vivenciaram no período da Ditadura Militar. Porém, agora, estes relatos não são dirigidos somente para uma reportagem, mas fazer parte de algo mais amplo, a Comissão Nacional da Verdade.

2.2 A Comissão Nacional da Verdade

Sobre a proposta que me fizeram, cheguei à conclusão de que não posso aceitar, não posso largar tudo; seria atentar contra minha própria consciência. E, para mim, essa consciência é algo de muita importância. Minha decisão é firme e bem pensada, para mim nada vale o enquadramento dentro do esquema. No momento, só há mesmo uma saída: transformar este país, e o próprio governo é que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta, enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social. [...] Temo que não entendam a nobreza dos meus ideais. Estou de mudança e não tenho endereço, mesmo assim quero manter correspondência com vocês. Não se preocupem comigo, estou bem e seguro, não estou sozinho.⁵⁹

A carta descrita acima é do carioca Guilherme Gomes Lund, datada de fevereiro de 1970, estudante de arquitetura, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O mesmo é considerado como desaparecido político, na medida em que seus restos mortais nunca foram encontrados para ser entregue a seus familiares. De acordo com o relatório, Lund morreu em 25 de dezembro de 1973 na operação que foi chamada “chafurdo de natal”, assim relatada em depoimento para CNV pelo tenente da polícia militar de Goiás, Srº João Alves de Souza sobre a morte do estudante.

⁵⁹ “Carta de Guilherme Gomes Lund para seus pais, datada de fevereiro de 1970”. Comissão Nacional da Verdade – Relatório – Volume I – Dezembro de 2014, p. 680.

Assim como a família de Guilherme, outras famílias buscam por respostas pelo desaparecimento de seus entes queridos, ao longo de muitas ações desta tipologia ocorridas no período da Ditadura Militar, sendo a região do Araguaia palco para o conflito mais sangrento desse período. Essas iniciativas dos familiares de pressionar o Estado, por uma resposta para o desaparecimento de seus familiares, não são recentes, e compõe sua própria trajetória de experiências e lutas, mas que ganharam mais visibilidade na última década.

Desde a década 1980 começaram as buscas das famílias pelos desaparecidos políticos na região do Araguaia, contudo não foram bem-sucedidas na época, além de não contar com o apoio do Estado havia uma resistência em se falar sobre o assunto pela população local. E se tratando do maior conflito armado no período da Ditadura Militar com o seu término a violência e impunidades continuaram como *modus operandi* na região do Araguaia, chamada por Rodrigo Peixoto como a “guerra que veio depois”.

Por muitos anos houve uma repressão por parte dos militares que permaneceram na região, para que não se comentasse nada sobre o assunto, caso contrário poderiam se tornar alvo de possíveis retaliações. Na medida em que o exército tinha carta branca para agir e eliminar qualquer tipo de manifestação guerrilheira, qualquer ação era comparada com ação guerrilheira e deveria ser combatida. Por se tratar de uma região com intensos conflitos de terras, a Guerrilha do Araguaia foi usada como “indulgência” para se continuar com a violência, repressão e impunidade.

Com a participação das instituições pela busca de respostas e investigação esse cenário de impunidade foi mudando. Não que resolvesse o problema de uma vez por todas, mas de certa forma contribuiu para o esclarecimento e reparação aos sobreviventes, dando uma visibilidade internacional para o que aconteceu na região do Araguaia e as violações aos direitos humanos cometidas durante todo o período militar.

Desde 1995 a justiça brasileira, a partir de pressões de grupos nacionais e internacionais, busca realizar ações visando ampliar a busca de informações sobre ocorridos durante a ditadura militar. Em 2003 foi aprovada a quebra de sigilo das informações militares de todas as operações envoltas na Guerrilha do Araguaia. A decisão tomada pela juíza federal Solange Salgado, busca dar continuidade a um processo instaurado em 1982 em que um grupo de vinte e duas pessoas recorreram a justiça na busca de maiores informações de seus familiares até o momento desaparecidos.

A partir destas lutas na busca de esclarecimento e reparação aos envolvidos, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 18 de Novembro de 2011, comissão instituída pelo governo do Brasil na presidência de Dilma Rousseff, que tem como intuito

investigar violações de direitos humanos ocorridos entre 18 de Setembro de 1946 e 05 de Outubro de 1988 no Brasil. Tal comissão teve participação ativa entre maio de 2012 a dezembro de 2014, colhendo informações contundentes para o esclarecimento das violações de direitos humanos cometidas durante a Ditadura Militar. O pedido de esclarecimento ao Estado partiu principalmente da ação de familiares de mortos e desaparecidos políticos, onde tal entidade contou com a participação de comissões estaduais, municipais, universidades e sociedade civil, bem como grupos de camponeses e indígenas da região onde aconteceu a Guerrilha do Araguaia, participação essa de forma contundente para o desenrolar dos fatos ocorridos na região do Araguaia.

O projeto de lei sobre a criação da CNV se iniciou em 2009 no governo do ex – presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o intuito de:

Assegurar o resgate da *memória* e da *verdade* sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos”.⁶⁰

Todos os trâmites que envolveram este processo, desde a abertura política transformaram o acesso a tais documentos um campo de lutas pela memória que até hoje suscita debates. “Porque não perguntam o que seus filhos estavam fazendo lá?”, “Nós cuidamos dos nossos mortos, eles deviam ter cuidado dos mortos deles”, apontou o General Leônidas sobre a insistência das famílias ainda hoje na busca de informações.⁶¹ O historiador Mateus Pereira nos ajuda a refletir sobre tais questões, quando afirma:

Do nosso ponto de vista, a negação e/ou revisionismo aqui destacado são impedimentos à construção de uma “justa memória”, isto é, de uma memória “salva” dos abusos da memória, da história e do esquecimento ou, se quisermos deixar de lado a utopia da “justa memória”, de uma “memória partilhada” da Ditadura Militar brasileira, isto é, de uma “memória pública” que aceite interpretações diversas. Acreditamos que os conflitos de memória, para terem certa memória compartilhada, necessitam da intervenção de um terceiro, a fim de que o dissenso seja parte do conviver com a pluralidade. Cabe sempre destacar que as disputas de memória são também disputas de poder, em especial os conflitos em torno de um “passado” que ainda é atual, como é o caso da Ditadura Militar brasileira.⁶²

⁶⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Vol. 01. Brasília, 2014. p. 20, grifo nosso.

⁶¹ FIGUEIREDO, op. cit, p. 83.

⁶² PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História* Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

Observamos que o medo gera negação, e toda e qualquer tentativa de visibilidade das classes ou sujeitos inferiores é combatida segundo o autor, por uma classe dominante no intuito de controlá-las. Negando o revisionismo ou negativando sua visão sobre determinado acontecimento, como podemos perceber nos dias atuais como a dita “esquerda” é malvista por uma parcela da sociedade quando se remetem a períodos posteriores. Não podemos nos esquecer de que há um jogo de interesses, quando uma classe está no poder, que ultrapassam a competição ideológica, partidária e conjuntural. O que nos leva a pensar que por tais motivos a CNV demorou ser implantada no Brasil e a mesma não ter o direto poder de punição.

O pedido de esclarecimento ao Estado partiu principalmente da ação de familiares de mortos e desaparecidos políticos, onde a CNV contou com a participação dos militares e também de comissões estaduais, municipais, universidades e sociedade civil, bem como grupos de camponeses e indígenas, que vivem na região onde aconteceu a guerrilha até dias atuais. A participação desses grupos foi de forma contundente para o desenrolar dos fatos, pois os indígenas e camponeses presenciaram o acontecimento na região depois que os militantes do PC do B foram abatidos e os dias posteriores, na medida em que a repressão por parte do Estado não acabou em 1974 com o fim da guerrilha.

A Comissão Nacional da Verdade instituída no Brasil teve como referências as ações executadas por outras comissões internacionais, experiências obtidas no Uruguai, Paraguai, Chile e Peru que também passaram por regimes autoritários e que violaram os direitos humanos, sendo o Brasil o último país a investigar sobre a violação dos direitos humanos nesse período, cinquenta anos após o início da ditadura militar e trinta de seu fim. Segundo o relatório escrito pelos integrantes da comissão:

Conhecer o trabalho de dezenas de comissões anteriores possibilitou a CNV nutrir-se de suas experiências, sempre contextualizadas nas realidades nacionais. Um denominador comum a reconhecer-se entre todas as comissões e que as expectativas das vítimas, dos familiares e da sociedade foram mais amplas que os resultados obtidos.⁶³

Os sete integrantes da CNV no Brasil foram nomeados pela presidenta da república de acordo com a Lei de nº 12.528/2011 conforme o artigo 2º, em 16 de Maio de 2012, que visa o caráter, responsabilidade e conduta do decorrer do toda a investigação dos

⁶³ Idem, p.32.

membros. Os integrantes da CNV nomeados foram Claudio Fonteles, ex-procurador-geral da República; Jose Carlos Dias, advogado e ex-ministro da Justiça; Jose Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-ministro da Justiça; Gilson Dipp, jurista e magistrado e ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça; Paulo Sergio Pinheiro, professor titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP); Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminalista. Claudio Fonteles que renunciou ao cargo logo após as nomeações, sendo recolocado por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP, em junho de 2013.

Os trabalhos foram divididos em fases, visando conseguir cumprir as mesmas dentro do prazo estabelecido. A cada fases as informações coletadas e analisadas eram divulgadas em diferentes mídias e por meio de publicações parciais. Além da documentação foram investigados todos os departamentos onde houveram possíveis iniciativas de violações dos direitos humanos reconhecidos pelos presos políticos na Ditadura Militar, inclusive alguns destes prédios utilizados pela ditadura foram considerados como patrimônio da humanidade.⁶⁴

Posteriormente a CNV enviou ofícios aos governadores dos estados em que se encontram tais prédios com o pedido de tombamento, com o intuito de tornar-se um “marco de memória”, pois um acontecimento tão marcante que mesmo que muito traumático não podem ficar no esquecimento. Uma preocupação de se transformar esses prédios em lugares de memória, como os grandes arquivos e espaços públicos no intuito de manter vivas essas tristes lembranças para que enquanto lembradas não seja repetida.

Em seguida os membros da CNV formaram parcerias com comissões estaduais, municipais, universitárias, sindicais e com organização não governamental como a OAB, que separadamente alguns desses grupos vinham fazendo esse trabalho de investigação, essa parceria é com o intuito de facilitar o trabalho que passou a ser dividido por grupos, temas e regiões. Divisão essa na medida em que ficava inviável apenas sete pessoas viajar todo o país e analisar todos os casos, por isso a importância de cada relatório produzido por cada comissão regional com a supervisão de um dos sete membros do colegiado que foi citado acima.

⁶⁴ Prédios como o Centro de operações de Defesa Interna (DOI-CODI), foi tombado em maio de 2014; O prédio da Auditoria da Justiça Militar também em São Paulo; o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Porto Alegre, prédio que também foi tombado; Dentre eles o prédio da OAB em São Paulo onde aconteceram vários julgamentos de presos políticos e assim foi à visita dos membros da CNV por todos os Estados que tiveram prédios de base para a violação dos direitos humanos. As leis foram criadas na medida em que houve resistência por parte de alguns órgãos investigados em disponibilizar esses documentos.

Em seus dois anos e sete meses de atuação a CNV realizou 483 (quatrocentas e oitenta e três) audiências públicas e 633 (seiscentas e trinta e três) de forma reservadas em quatorze estados brasileiros.⁶⁵ Essas audiências realizadas pela CNV no início teve o intuito de colher depoimentos, chegando a um total de 1.116 (um mil cento e dezesseis) depoimentos, e posteriormente essas audiências públicas eram para expor o andamento e os resultados das investigações das violações dos direitos humanos cometidas no período militar.

Além de ser divulgadas em diversas plataformas, além da página oficial da CNV e demais meios de comunicação todas as investigações, análise e conclusões, ocorreram audiências sigilosas. A CNV considerou necessário esta postura em alguns momentos, o que provocaram certa insatisfação por parte de algumas comissões regionais que discordavam desse sigilo, na medida em que a Lei de nº 12.528/2011 garante que seja totalmente transparente as investigações. Foram publicadas notas públicas sobre diversos assuntos, como a exumação do ex-presidente João Goulart, repúdio acerca da oposição das formas armadas em liberar documentações importantes sobre o período investigado. Além das plataformas na internet de divulgação em canais do Twitter, Facebook e YouTube foram divulgados também pela TV sendo a empresa responsável a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que registrou todas as audiências.

O alcance dessas mídias, de acordo com o relatório da CNV foi contundente, na medida em que no final de 2014, na entrega do relatório, havia 165.067 pessoas seguindo a página do Facebook (atualmente este número chega aos 242 mil). Os vídeos no YouTube ao todo tiveram 258.287 acessos e no Twitter seguidos por 10.784 pessoas no fim de 2014, números que hoje já triplicaram. Nota-se que com o passar dos anos esse assunto ficou cada vez mais conhecido, despertado o interesse da população em geral e não apenas nas universidades que pesquisam sobre esse assunto, suscitando debates sobre seus próprios desdobramentos, como analisado por Mateus Pereira.⁶⁶

No final de 2014 a CNV findou seus trabalhos, com a entrega de um relatório completo a presidente da República, como ficou determinado em lei. Relatório contendo todas as informações sobre o trabalho realizado, os casos investigados, as conclusões sobre os casos de violação dos direitos humanos entre 1946 a 1988, onde os maiores números de

⁶⁵ Os estados foram: Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Tocantins e também o Distrito Federal.

⁶⁶ Para mais informações sobre o assunto ler PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

casos registrados foram durante a ditadura militar, deixando, ao seu fim, a possibilidade de uma futura continuidade das investigações. Assim, toda a jornada da CNV, como determinado, está disponível nos vários meios de comunicação de acordo com o estipulado na lei nº 12.528/11. Ao longo do trabalho da CNV em pouco mais de dois anos, foram indenizados familiares dos desaparecidos políticos, reconhecimento de ossada, indenizações aos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia como os camponeses e indígenas, algumas em coletivo outro individual, assim como o reconhecimento do Estado brasileiro como responsável pelas violações dos direitos humanos. Desrespeitos cometidos em todo território brasileiro durante a ditadura militar.

A CNV foi contundente, apesar de não ter a função punitiva e sim investigativa, possibilitou o acesso às fontes que estavam em poder dos militares e os mesmos não entregavam quando as manifestações eram a partir de fatos isolados. Todo esse sucesso nas investigações atribuído a CNV não representa o fim da averiguação dos direitos humanos, apenas o início de um longo caminho que nos parece não despertar o interesse do governo atual, que por sinal é fruto de um militarismo.

2.3 – Comissão da Verdade Suruí/Aikewara e camponesa

A Comissão Nacional da Verdade juntamente com as comissões estaduais, municipais, universitárias, sindicais e com organizações não governamentais se dividiram em treze grupos regionais temáticos, sendo coordenado por um membro do colegiado, no intuito de agilizar as investigações. O maior conflito armado no período da Ditadura Militar foi a Guerrilha do Araguaia, ficou sendo do grupo temático intitulado "Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas" sendo coordenado pela psicanalista Maria Rita Kehl e no relatório final da CNV denominado o capítulo "Araguaia".

Na região do Araguaia foram feitas audiências nas Câmaras Municipais, sendo a cidade de Marabá a que mais realizou audiências em sua Câmara Municipal, devido a fácil localização da cidade. Na mesma foram colhidos vários depoimentos de camponeses, ex-soldados, familiares dos desaparecidos políticos e dos indígenas Suruí/Aikewara.

A CNV contou com a parceria do Comitê Paraense de Memória e Verdade e Justiça e com a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. Nessas audiências, é interessante observar como a população lotou as plenárias e acompanharam diretamente

todo processo, tendo inclusive participação de muitos moradores locais. A contribuição das investigações na região do Araguaia foi contundente, pois trouxe à tona lembranças do acontecimento que desde evento vinham sendo silenciados. Onde as audiências proporcionaram que as histórias de violação dos direitos humanos se tornassem visível em todo o país, devido os vários meios de comunicação que eram divulgadas.

A partir do incentivo da CNV em criar comissões locais específicas foi criada a Comissão dos Camponeses do Araguaia, em 17 de novembro de 2012 pelo presidente da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, o senhor Sezostrys Alves. Tal comissão foi composta por sete pessoas ligadas à defesa dos direitos dos camponeses com participação do então presidente da associação.

A comissão dos Camponeses do Araguaia contribuiu para relembrar fatos ainda em aberto na tessitura deste episódio, de violação dos direitos humanos com os camponeses durante a Guerrilha do Araguaia e posteriormente por autoridades locais. A comissão também contribuiu para que os camponeses fossem indenizados pelo estado, pois na época perderam plantações, criação de animais e parte de suas terras, até hoje em mãos de grandes proprietários. Importante ressaltar que apenas uma pequena parcela de camponeses foi indenizada, pois houve aqueles que abandonaram suas terras por sofrerem ameaças, agressões ainda no período militar e que nunca mais voltaram à região, além dos que morreram por doenças causadas por agressões e que não foram investigadas.⁶⁷

Devido a Guerrilha do Araguaia ter sido conflito armado e o mais sangrento do período as violências cometidas contra moradores locais, sendo os mais afetados os camponeses e indígenas, se perdurou no pós episódio chamada de “a guerra que veio depois” por Rodrigo Teixeira. Estes episódios conectam-se a realidade fundiária que antes mesmo da guerrilha já era o principal mote de morte e conflitos na região, tendo historicamente um descaso nas investigações, como até hoje presenciamos com o assassinato de trabalhadores e lideranças sindicais.⁶⁸

Os Suruí/Aikewara como os camponeses da região do Araguaia, também montaram sua comissão, com o intuito de relatar as violações de seus direitos durante a ditadura militar, tendo como enfoque o período da Guerrilha do Araguaia, que foi quando tiveram suas vidas completamente interferidas pela presença do exército na aldeia. Assim como

⁶⁷ Para mais informações sobre a participação dos camponeses na Guerrilha do Araguaia ler obras como NASCIMENTO, 2000; GASPARI, 2005; MORAIS e SILVA, 2005; STUDART, 2006; RODRIGUES, 2008; SOUSA, 2011; NEVES e CORRÊA, 2011; PEIXOTO, 2011, 2014; FERRAZ e CALHEIROS, 2014; CALHEIROS, 2014; TELES, 2014.

⁶⁸ Ler mais sobre o tema LAIARA, MATTA, 1978; PEREIRA, 2015; SILVA, 2010; SENNA, 2017.

foram ouvidos os indígenas da região do Araguaia os povos indígenas do Mato Grosso do Sul ⁶⁹ também foram ouvidos em audiências em seu estado pela CNV, não sendo o foco deste trabalho outras etnias que sofreram violação dos direitos humanos nesse período. Os Suruí/Aikewara presenciaram toda a movimentação do exército na captura dos guerrilheiros, tendo suas terras invadidas pelos militares em tal busca, permanecendo no local mesmo com todas as dificuldades que se prevalece depois do episódio.

Entende os acontecimentos por meio do narrar dos próprios indígenas Suruí/Aikewara é sem dúvida justo e necessário. Em de 2012 juntamente com a CNV os indígenas tomaram a iniciativa de criar sua própria comissão, sendo a primeira comissão indígena do país, com pouca interferência dos não indígenas, ressaltando seu protagonismo. Os participantes dessa comissão foram indígenas da aldeia Sororó e Itahy que colheram relatos e documentação que comprove a violação dos direitos dos indígenas na época.

Para Maria Rita Kehl, responsável pelo grupo de trabalho "Graves violações de Direitos Humanos no campo ou contra indígenas" da CNV, o envolvimento dos indígenas é extremamente importante para o desenvolvimento dos trabalhos naquela região, na medida em que os mesmos estavam imersos por completo no acontecimento assim como foi fundamental a participação de outros grupos, como por exemplos os camponeses que ainda vivem na região.

Contudo, Andrea Garcia afirma que a ideia inicial dos indígenas não era de manter esse diálogo:

[...] tomando por base as falas dos índios como de antropólogos que vem trabalhando com eles durante muitos anos – se anuncia que eles não querem falar mais sobre o assunto, mas por outro lado, foi criada uma comissão de verdade, que como primeira instância deverá socializar esses eventos, levando adiante o princípio básico do exercício da memória.⁷⁰

Garcia destaca três questões contundentes para entendermos a participação e luta dos Suruí/Aikewara pela reparação e esclarecimento dos excessos cometido por parte do exército na Ditadura Militar no evento da Guerrilha do Araguaia. Em primeiro, a luta pela reparação econômica, devido os mesmo ter perdido plantações, chegando a passar fome,

⁶⁹ Para mais informações acerca de violações dos direitos humanos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul ver o relatório da Comissão Nacional da Verdade e os trabalhos de Marco Antônio Delfino de Almeida e Kenarik Boujikian Felipe (2012); Jorge Eremites de Oliveira (2016); Daniela Alarcon (2018).

⁷⁰ GARCIA; Andrea Ponce. "Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento". Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. p. 03.

somado a morte de animais e o cerceamento da livre atividade em seu território com a presença dos militares. A segunda, e a que mais tem evidências nas produções acerca do acontecimento, remete a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos envolvida na Guerrilha do Araguaia, em que há possíveis ossadas em terras indígenas. A terceira, e não menos importante, é sobre a própria narrativa histórica a partir destes sujeitos, na medida em que os mesmo não falavam sobre o assunto, devido medo e traumas do que viveram, dando margem a construção de sua participação através de outros grupos, que para os indígenas prejudicam diretamente sua vida no tempo presente.

Garcia traz um mapa com a teia de relação e a circulação das informações colhida pela comissão Suruí/Aikewara. Tais informações encaminhadas a seus destinos para que as providencias cabíveis fossem tomadas, além de ressaltar sua importância que é crucial para o momento. Sendo que esses povos vivem em suas aldeias e a uma ideia de senso comum que os inferiorizam por seu modo de vida, onde a participação ativa desses indígenas num comissão tão importante como a CNV deve ser ressaltada e valorizada sempre.

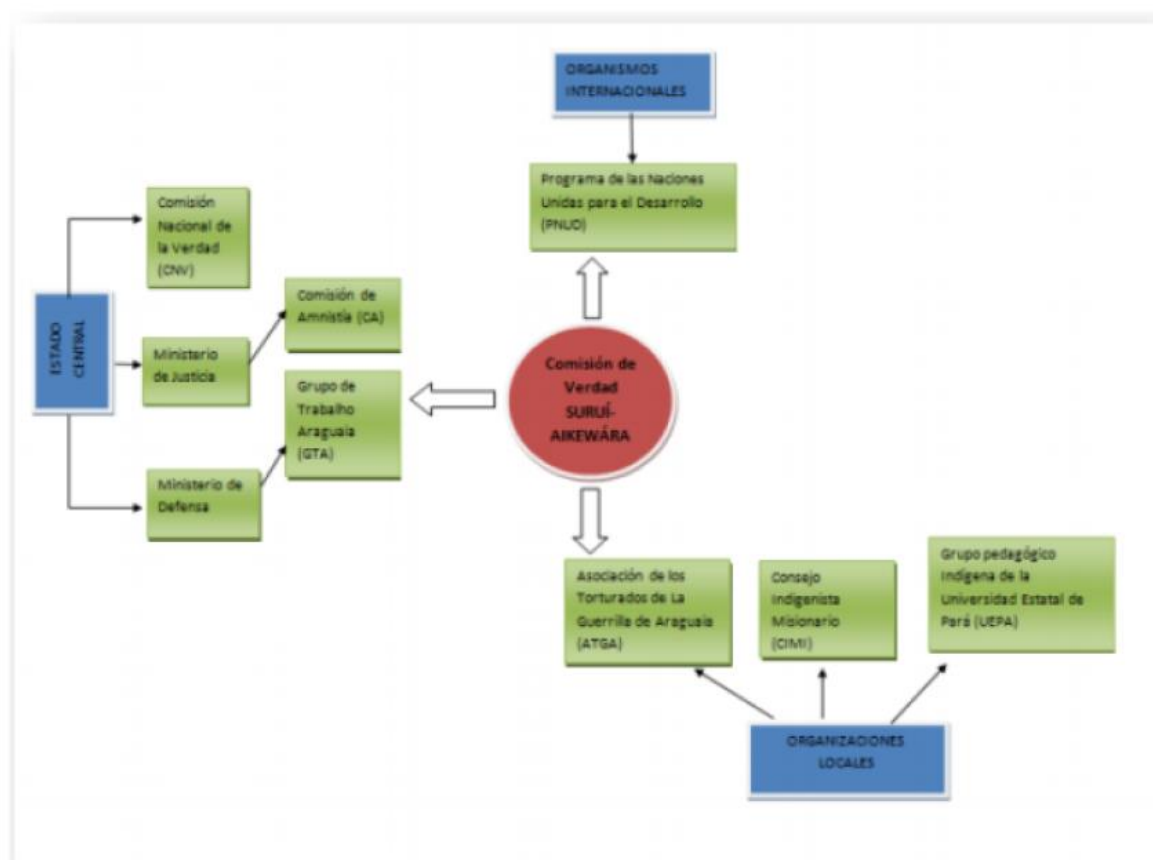


Figura 05: Grupos e comissões organizadas na construção das memórias da guerrilha.

GARCIA, 2015.

Analisando essa estrutura, podemos observar como a criação desta comissão voltada diretamente para os Suruí/Aikewara demonstra como este grupo está diretamente ligado a qualquer forma de construção e análise deste período e região, seja pela ação juntas ao grupo ou mesmo para o entendimento dos acontecimentos da guerrilha. Pelos documentos e depoimentos podemos entender o teor desta proximidade, como nos relata a jovem liderança Winorru Suruí a integrante da CNV, Maria Rita Kehl:

Durante três anos, de 1971 a 1973, os Aikewara viveram assustados quando ouviam qualquer barulho de carro ou avião, logo pensavam que iriam ser mortos. Muitos tinham insônia, não conseguiam dormir tranquilos, porque o tempo todo eram ameaçados por soldados do exército que lhes diziam para fazer as crianças calarem a boca, “senão todos vocês vão morrer”. [...] é triste saber e viver na democracia para a qual foi preciso lutar e perder muitas vidas; ter essa liberdade que hoje temos que custou vidas de verdadeiros heróis que não podem jamais ser esquecidos, e cuja luta foram interrompidas com violência e mortes⁷¹.

Nessa carta fica visível como esse momento foi difícil para os Suruí/Aikewara, contudo os mesmos reconhecem a importância que o acontecimento teve para o país, região e para os próprios indígenas. Percepção de que seus direitos não podem ser negligenciados e que é preciso ir à luta, preparados para uma resistência. Assim, compreender estes relatos e toda a documentação produzida pela comissão contribui diretamente para buscar este protagonismo, bem como ampliar nosso entendimento sobre a guerrilha, como veremos no próximo capítulo.

⁷¹ Leitura da carta dos Suruí/Aikewara pelo responsável Winorru à Comissão Nacional da Verdade em audiência em 13 de Maio de 2014. Carta disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/carta_aikewara.pdf, acessada em 23/04/2019 às 23:32.

CAPÍTULO III

DE VÍTIMAS AO PROTAGONISMO: SURUÍ/AIKEWARA NOS RELATÓRIOS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

3.1 “Temos algo a dizer”...

Como vimos nos capítulos anteriores, a trajetória de entendimento das relações dos Suruí/Aikewara com a guerrilha são permeadas por narrativas externas, silêncios e ressignificações, nada muito distante da própria trajetória destes grupos na história do Brasil. Especificamente, ao longo da ditadura militar a integração e os projetos de desenvolvimento pensados para região norte, tais como rodovias e hidrelétricas⁷², sempre colocaram estes sujeitos à margem dos planos, mais como um “empecilho” do que outra forma, chegando a ser declarado como único destino o desaparecimento na próxima década.⁷³

Logo, de um grupo condenados ao desaparecimento temos, além do crescimento populacional nas décadas seguintes, a luta no tempo presente para protagonizarem novas possibilidades de sobrevivência. Pelos caminhos da memória, os Suruí/Aikewara passaram a atores do narrar de sua história recente, entre memórias e falas públicas, entre o individual e o coletivo, uma ação política. O primeiro resultado desta participação ocorreu em 2014: se tornaram o primeiro grupo indígena do Brasil a ser anistiado politicamente e a receber desculpas formais do estado decorrente das violências sofridas durante a ditadura, fato ocorrido em sessão pública em dezembro de 2014.

Além deste primeiro e importante resultado, duas outras questões se tornam evidentes pela análise destes relatos. Primeiramente, têm-se a possibilidade de expandir a densidade do próprio acontecimento em si, e em segundo, a centralidade no convencimento em rever a demarcação de seu território, ocorrida em 1977, a partir dos ocorridos ao longo da guerrilha. A antropóloga Iara Ferraz, em entrevista realizada na década de 1970, indica que logo após o fim do conflito “eles já falavam de castanhais que tinham ficado

⁷² Para mais informações ler MARTIN, 2016; BRAGA, 2015.

⁷³ LAIARA, Roque de Barros; MATTA, op. cit. p. 74).

fora...eles me contavam muito essas histórias e começaram a falar muito sobre a questão do território desde então...”.⁷⁴

A partir de 1971, segundo decreto expedido pelo governo militar⁷⁵ toda área na região do Araguaia e Marabá foi posta como “área de segurança nacional”. Sendo os Suruí/Aikewara o único grupo indígena a ter participação na Guerrilha do Araguaia e estando seu território diretamente conectado aos espaços ocupados pela guerrilha, os militares se aproximaram desde o início das operações na busca de montar bases em suas terras, adentrar as mesmas na busca dos guerrilheiros, bem como se aproximar dos indígenas para colaboração para entradas nas matas. Segundo os relatos, mantendo permanência 24 horas em suas terras, esta aproximação contou com a promessa de uma série de benefícios, como armas, munição e proteção contra os guerrilheiros. Segundo o depoimento de Tawé os militares chegaram a sua aldeia causando muito medo:

[...] Aí chegaram lá a tropa, vinha... por terra, aí vieram... o comandante vinha no avião. Aí avião chegou primeiro. Aí nessa época, naquela época, quer dizer (hoje as mulheres são mãe, não é?), era tudo criancinha, eles ficaram com medo daquele barulho do avião, helicóptero, né? Ele desceu bem no meio da aldeia que... arrancou tudo... a “capote” [cobertura] da casa, da aldeia... Aí as crianças (que é hoje a mãe) correram para dentro da mata que... primeira vez... não sabiam o que era aquilo, né? Elas correram! Até a mãe, correu pra dentro da mata, outro entrou dentro da casa, pra ficar lá, pra ninguém ver!! Aí desceu um dos militares que são “coronel”, essas pessoas né? Grande! Aí pediu para..., quem estava nessa época era o... Warini mais o irmão dele, Sawara’á, que ele era cacique, né? Na época (Sawara’á, que hoje está aí). Aí ele [militar] pediu [perguntou] pra ele [cacique] se ele não viu pessoa que vinha por terra, fardado assim tudo, né? E nós não sabia o que que era isso, não! Nós não conhecia direito também quem era o militar, né? Nós não... a gente via só nome, mas a gente não sabia o que eles andavam fazendo. Aí... Chegaram lá, invadindo, assim, né? Botaram arma nas mulheres, os homens que estavam, aí eles ficaram com medo... Por que era... por que que eles estavam fazendo aquilo com eles? Ficaram com medo... As crianças tudo chorando... Aí falou assim: “Num tem alguém por aqui por perto?” Se correrem, que podia... atirar atrás, né? Aí o... o cacique na época era... o Sawara’á, né? Aí falou na linguagem pra ele: “Não, não tem ninguém não, mas já pedi para eles não correr” (ele entendia pouco... bem pouquinho mesmo... a palavra do... português, né?). [...] Aí daqui a pouco chegaram mais outras tropas atrás. Aí fizeram do mesmo jeito de novo: cercaram lá, aí começaram falar que ninguém era para sair... todo mundo dentro da casa lá. Aí então fizemos do jeito que eles falaram. Que nós não queria que acontecesse alguma coisa...podia atirar na gente... matar, né?⁷⁶

⁷⁴ Entrevista realizada em outubro de 2014, para Garcia (2014).

⁷⁵ Lei n. 1.164, decretada em abril de 1971, sendo revogada somente em novembro de 1987, pelo Decreto lei n. 2.375.

⁷⁶Entrevista concedida a Iara Ferraz e Orlando Calheiros em agosto de 2013. Arquivo CNV, 00092.002730/2014-77, p. 09.

Para facilitar o acesso, estradas foram abertas dentro do território indígena, como a OP-2, atualmente Br-153, o que aumentou a presença e contato com os militares. Segundo o relatório, tais iniciativas influíram diretamente no ir e vir dentro do território, visto que atividades do cotidiano, como a caça, plantio, e celebrações foram cerceadas por indicação dos militares, para não correrem o risco de serem confundidos com os guerrilheiros. Segundo Beltrão:

A OP2, depois PA-253, hoje BR-153, constituiu o início de uma longa história de perdas não negociadas que os Suruí/Aikewara foram obrigados a enfrentar. Ao longo de 26 anos nenhum reparo pelas perdas sucessivas de parte do seu território foi feito...Algumas perdas são irreparáveis, tanto que, ainda, suscitam demandas e estão a exigir reparos.

77

Apesar de todo o pânico que os Suruí/Aikewara passaram com a chegada e permanência dos militares em sua aldeia, eles se perguntavam o motivo de toda aquela ação, o que de fato o exército procurava? Pois não sabiam direito quem eram aqueles homens fardados e nem porque procuram outras pessoas na mata. E os terrorista, expressão utilizada pelos militares, não tinha nenhum significado para os indígenas. Além de que nem todos os Suruí/Aikewara conheciam o fato de quem seriam aqueles homens, os guerrilheiro e, ainda sim, os que tiveram algum contato tinham outra visão sobre os mesmo, o que dificultava ainda mais o seu entendimento sobre o conceito de terrorista denominado pelos militares para chamar os militantes do partido comunista.

Assim, apesar dos mais novos dizerem que não conheciam os guerrilheiros os mais velhos em seus relatos diz ao contrário. Os guerrilheiros eram bem-vistos tanto pelos camponeses como pelos indígenas Suruí/Aikewara, devido as suas ações de assistência a comunidade. Serviços como de enfermagem, consulta médica, troca de mercadoria e alfabetização tanto de adulto quanto de crianças eram correntes entre estes grupos. Waiwera relata que conheceu uma das guerrilhas, a Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Dina. “Tem uma que não... num tou me lembrando mais não... Ah! Dina! Chegou aqui, Dina, *kamará kuxó* [mulher não indígena] que era brancão, ela chegou aqui pra nós, avisando pra nós: “Ah, tem muito! polícia aí na estrada – que ela falou pra nós”.⁷⁸

⁷⁷ BELTRÃO, J. et al. *De vítimas a indiciados: um processo de ponta-cabeça. Surui Aiekewara verus Divino Eterno. Laudo antropológico. Espaço Ameríndio. Porto Alegre. V2, n2, jun/dez 2008.*

⁷⁸ Idem, p. 40.

Nesse relato fica visível a boa relação entre os indígenas e os guerrilheiros que se avisavam do que se passava na cidade. Outro indígena que relata ter conhecido e convivido com os guerrilheiros é Umassu, que também teve uma boa relação, dificultando a compreensão do porquê os militares caçavam tais pessoas, que foram boas para os Suruí/Aikewara. Umassu relata:

[...] “Minha mãe, minha avó morreu tudinho aqui, avô, meu avó, minha mãe, meu primo morreu também, tudinho... eu fiquei só aqui, né? ninguém dava comida pra mim. Aí Oswaldão falou pra mim: ‘Ei indinho, tu quer ir mais eu? Aí eu: ‘Eu vou’. Aí me levou pr’ali. Na hora que eu me formei, tudo na hora que eu fiquei sabido, eu fui pra Xambioá, aí eu fiquei cinco anos lá. Aí ele falou assim pra mim: ‘Tu não vai voltar mais eu mais não’? ‘Não, eu vou me embora, pra minha aldeia’! Aí de noite, cheguei aí, era menino ainda eu. Um bocado... eu conheci a Dina, o Oswaldão, Walquiria, tudinho eu conhecia! tudinho eu conhecia, tudinho!”.⁷⁹

Os guerrilheiros, como podemos observar nos relatos de ambos os Suruí/Aikewara, eram pessoas próximas do cotidiano. Mas, ao longo do evento, as visões e mesmo relações foram se transformando gradualmente, a partir do contato com os militares, que expressavam uma outra visão dos mesmos. Essa visão marginalizada sobre os guerrilheiros depois que passou a fase mais violenta aos poucos foi sendo apagada pelos Suruí/Aikewara e a população da região do Araguaia aos poucos foi tendo uma concepção do papel de cada sujeito que se envolveu na guerrilha. Fatos que foram à tona com as investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Na década de 1970 quando a aldeia ficava sob a mediação do padre frei Gil Gomes Leitão, ligado à Prelazia de Marabá, os indígenas tinham o menor contato possível com os não indígenas da região. O padre fazia toda mediação entre os indígenas e camponeses, apesar dos vários conflitos de terras que havia na região, sendo impossível não o contato entre ambos, Frei Gil tentava ao máximo que os Suruí/Aikewara não fossem afetado com todo o conflito do contexto. Na fala de Tawé, indígena Suruí/Aikewara, podemos perceber que na primeira campanha de aniquilamento dos militares contra os guerrilheiros, frei Gil não deixou que os indígenas participassem, como aconteceu em outras campanhas posteriores com a mediação da FUNAI.

Primeiro que apareceu esses militares aqui na aldeia, aqui no Sororó, né, os Aikewara... Na época, foi mais ou menos... em agosto... Nesse tempo, tinha um padre que ele era... missionário, né, por nome frei Gil. Aí ele

⁷⁹ Ibid.

sabia dessa história...e nós num sabia não... esses povo passava dentro da aldeia e nós não sabia quem era essa pessoas. -Nós pensava que era uma pessoa assim normal, né? nós achamos, né? Mas pros militares, já é outra... os inimigos que ele andava procurando, né? mas nós num sabia... Aí foi assim que, a gente tava em festa, né, que aconteceu, a primeira! Aí chegaram lá, as tropas, vinham por terra, dentro da mata. Nós tava lá embaixo, na aldeia velha mesmo, a primeira, né? (...) Aí contei tudo pra ele [para o seu pai, Kuimuá, que tinha chegado da roça], que eles queria pessoa... eles tão procurando... se um de nós sabia onde esse pessoa vivia, né? Aí explicava pra ele que nós num sabia, a gente sabe mas nós... num sei aonde que eles mora né?Aí depois, ‘Vocês pode ensinar ao menos a entrada pra gente ir?’Aí ensinamos né, pra eles. ‘É por aqui’. Aí pegou tudo... a distância, quantos km que podia chegar lá...”.⁸⁰

Contudo, a rotina dos indígenas mudou de forma drástica na primeira campanha com a presença do exército na aldeia, mesmo com o envolvimento do missionário na mediação entre ambos. “Era no tempo do frei Gil que aconteceu primeiro! o primeiro que eu tou contando! Aí, nós fiquemo sem farinha, sem arroz... sem nada mesmo. [...] e nós passando necessidade, num tinha o que comer, o que nós tinha, eles tocaram fogo!”.⁸¹ As plantações dos indígenas são apenas para seu consumo, eles não tem a cultura de criar excedentes, como nós não indígenas. O que resultou em uma dependência ainda maior de mantimentos da cidade, que eram levados pelo missionário frei Gil a aldeia.

Em uma carta entre frei Gil Gomes agradece ao frei Domingos pelo apoio na missão para evangelização indígena e explica o que se passa na região do Araguaia. Sobre a ocupação do exército na aldeia e posteriormente da perseguição aos padres franceses que também estavam na região do Araguaia evangelizando os indígenas. Frei Gil em sua carta chama a aldeia indígena de “nossa aldeia” tomando providencias para que tais militares se mantenham longe da aldeia dos Suruí/Aikewara, de fato a iniciativa é louvável, contudo frei Gil com suas “boas práticas de ajuda” a esses povos acabou fazendo que essa dependência por bens industrializados se tornasse maior e cada vez mais os indígenas iam deixando seus hábitos culturais:

Um “muito obrigado” fala sua boa carta. [...] Quando chegou sua carta havia aqui dois índios Suruí e sabendo que iam ganhar um Jeep tão útil aos nossos transporte de mercadoria e de doentes, exclamaram alegres: asséte! Que bom! Domingos iarneté: frei Domingos é o maior! Fiquei nestes dias bastante apreensivo. Vieram os índios comunicar-me que os militares haviam ocupado nossa aldeia. Parti para lá imediatamente e notifiquei que fossem procurar outro lugar porque entre os índios não

⁸⁰ Relatório CN-Suruí/Aikewára, 211.

⁸¹ Idem, p. 241.

estavam terroristas e nem guerrilheiros. Felizmente, dez dias depois, saíram para 60 km, mais longe”.⁸²

Podemos perceber quando frei Gil relata o agradecimento dos Suruí/Aikewara na carta da promessa do tal Jeep e quando afirma não ter nem guerrilheiro nem terrorista na aldeia, não ficando visível a presença do cacique nesse contexto, que vimos no relato anterior que o mesmo estava presente e fez a mediação da melhor forma possível, apesar de seu pouco português. Todavia, a ida dos indígenas Suruí/Aikewara a Marabá a procura do Frei Gil é uma estratégia, na medida em que nesse período de 1972 a igreja tinha forte influência sobre o Estado que tal relação posteriormente foi se fragilizando, chegando a um confronto de ideias. Segundo Durbens Martins Nascimento tanto o Estado, quanto a igreja e os guerrilheiros tinham o mesmo objetivo para a Amazônia, em especial a região do Araguaia, ambos queriam o controle da região e de seus habitantes.

Devido os conflitos do cenário político que o país viveu na época, parte da igreja e estado entraram em confronto de ideias⁸³, o que resultou no afastamento dos missionários a frente das mediações dos indígenas e a instalação de um posto da FUNAI, órgão do governo que ficou encaminhado em mediar o contato com as forças repressivas na região do Araguaia e conseqüentemente a saída do frei Gil da região. Como afirma os antropólogos Ferraz e Calheiros:

[...] já a atuação dos agentes da Funai na aldeia do Sororó desde meados de 1972 obrigou os Aikewara a se tornarem guias e, ao mesmo tempo, prisioneiros das forças repressivas. O Posto da Funai foi instalado exatamente para que seus agentes intermediassem relações de força e imposição das ações repressivas. Por dois anos seguidos, de 1972 a 1974, recrutaram “de modo compulsório praticamente todos os homens adultos da aldeia para servir de guias para os militares, na mata, para a “caça” aos guerrilheiros”.⁸⁴

Segundo os antropólogos os agentes da FUNAI, que inicialmente o posto foi chefiado pelo Srº Antônio Pereira Neto, que ao invés de defender os indígenas garantindo seu bem-estar defendiam os ideais do estado, ao contrário dos missionários, colocando a vida dos indígenas em perigo. Pois os militares tiveram toda uma preparação pra andar na mata armados com objetivo definido coisa que os indígenas não tinham, foram apenas com

⁸² Carta de Frei Gil Gomes Leitão ao Frei Domingos, datada em 09 de setembro de 1972.

⁸³ Para mais informação sobre os ideais da igreja, Estado e dos guerrilheiros na Guerrilha do Araguaia, ler Durbens Martins Nascimento. A Guerrilha do Araguaia: Paulistas e Militares Na Amazônia. Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém. 2000.

⁸⁴ Relatório CNV, 00092.002730/2014-77, p. 05.

a roupa do corpo e sem mantimentos. Andreia Ponce Garcia enfatiza que os indígenas tiveram contato com os militares, de forma contundente após a chegada da FUNAI que fez a mediação e que fora da aldeia, por terem características diferentes e falar língua distinta, era vantajoso para os indígenas, na medida em não passava pela revista dos militares tanto nas estradas como nas cidades. Porém, na aldeia não havia distinção, todos os indígenas homens deviam servir de guia aos militares. Tawé relata como foi tal mediação, como foi à intervenção dos agentes da FUNAI para a escolha dos guias para os militares na mata e como foi sua atitude perante tal situação:

[...] Aí os militar foi na época que ele chegou! Ele chegou à base de cinco horinha... nós num tava sabendo que eles voltaram de novo! Aí... chegaram fazendo mesma coisa de novo! cercando a aldeia tudo... queria prender a Funai [o chefe do posto], tudo... lá... Ai a Funai [o servidor] mostrando a identidade pra eles, documento tudo... que eles era também tudo pessoa de órgão também... mostrou tudo lá pra eles. Aí eles “calmaram”. [...] Conversaram... aí nós fiquemo lá atento também, né? com medo! Aí pessoal da Funai falou cum nós: ‘Não, nós já conversemo com eles [soldados], apenas o que eles querem... mostrar o rumo pra eles, pra eles ir de novo’. Porque eles já ta mais de... ano!, já era outra tropa, não era mesminho não! já era outro militar, que já... que já vem falaram por nome...Exército, né, eles falaram que “somos pessoa de Exército, tropa do Exército” - eles falaram assim, eles conversaram com ele, com Pereira [Antonio Pereira Neto, técnico indigenista, chefe do Posto] como é que podia fazer. Se pegasse algum índio... queria ir com ele, investigar aí a mata, que os índios que conhece mais a mata... Uma luta pra gente... a Funai ... conversar com eles mesmo! Falou: ‘Rapaz, e daí... eu acho que num... num tem como, né? porque logo, o que vocês tão querendo... é muito perigoso! - Não! num vai acontecer nada isso! Apenas o que eu quero... eles... ao menos uns dois’ (apontando pra nós!) ‘que eles sabe aonde é... o local, pra onde... que a gente ta indo, tudo!’. Era pra... ensinar, né? Aí... acho que concordaram com ele, né? com a Funai, nós num tava sabendo! Já no outro dia, seis horinha da tarde, Antonio Pereira chegou lá na pequena aldeia, falando cum nós. Ele chamou eu, o Api, ele falou assim: ‘Api, Tawé, tu vai mais essa turma, mostrar o rumo pra ele! Aonde chegar no local que eles querem ficar, vocês vão voltar!’. Aí falei: ‘Rapaz, a gente vai, né? nós vamo fazer pra ele assim, mostrar’. Aí ele falou: ‘Vocês vão deixar eles no local que eles querem ficar, vocês vão voltar! Eu pedi pra ele... vocês voltarem!’. Aí nós fizemos isso, nós levamo, ensinamo pra ele: ‘Ói, daqui pra frente é... todo morador que tem aí...’ (mas nós num sabia quem era pessoa, né?) Ele falou: ‘Então ta bom. Nós pedimo pra ele que nós ía voltar.... Aí deixa lá... pessoa dele... ele segurou nós!: ‘Não! daqui vocês num volta mais não! se voltarem é muito perigoso, pode querer... um alguém... num conhecer vocês lá e... querer fazer alguma coisa... Agora daqui vocês vão com nós!’. Eu falei: ‘Não! mas nós conversemo com pessoal da Funai! Mas eu vou falar com ele aqui no rádio’. Aí eles falaram, no rádio, aí... (antigamente eles tinham rádio amadorzinho, né? aquele radinho, de falar). Aí eles falaram lá... dentro da mata pra... onde nós deixamos, falou com a Funai. Ele falou:

- Não, mas vocês num pediram que era pra vocês... ele ir com vocês nesse local? Ele falou [soldado]: Não, mas nós num conhecemo esse local aqui, e nós queremos continuar que eles fossem mais nós! Aí eu falei: - Rapaz, e agora? como é que nós vamos fazer? - Aí se eles... se ele falou assim, então vocês vão! Aí... eles [militares] conversaram de novo lá com ele [agente da Funai]:- Vocês leva eles, mas com cuidado!! Vocês leva eles... vocês leva... com muito cuidado... num vão fazer nada com eles... E é muito perigoso! (que ele falou pra ele, a Funai tava falando). Aí falaram lá, e ... e nós sem saber, né? se nós ia pra morrer também... ou não, nós num sabia! nós fomos assim como inocente mesmo!⁸⁵

No relato de Tawé podemos analisar como se deu esse contato e como a presença da FUNAI foi crucial para a mudança na cultura indígena dos Suruí/Aikewara, nesse período que pelo relato parece ser a terceira campanha de aniquilamento dos guerrilheiros que contou também com a participação de alguns camponeses, chegando ao fuzilamento de todos os militantes do partido PC do B na região do Araguaia. O depoente deixa claro que foi contra sua vontade e que tinham um acordo pré-estabelecido que foi quebrado no decorrer da missão. Contudo, apesar do medo que sentiu ainda questionou quando os militares não deixou voltar, como tinha sido combinado, e mais uma vez os agentes da FUNAI autorizou pelo rádio a ida de Tawé e Api na mata.

Como estratégia, os militares passaram a explicar, a seu modo, o motivo da missão na aldeia e quem eram tais terroristas que procuravam como seguiu no depoimento de Tawé:

Eles [militares] falaram que foi assim: esse povo chamado por nome “terrorista” fugiram de num sei aonde, do Rio de Janeiro... de Brasília pra cá, né? diz que... eu acho que por causa de negócio de política né? eu entendia uma coisa pouca na época, eles falaram, contaram:

- Não, porque aconteceu assim: política! Porque perderam (eu num sei quem foi que perdeu, um de política, né?) aí começaram a briga, brigaram contra militar, essas coisa tudo, acho que... pegaram a arma de militar, falando, botando desculpa, sei lá, num sei como foi que aconteceu mesmo!

Um deles falaram que... assaltaram banco... sequestraram policial de lá também, num sei aonde, acho que foi em Belém, num sei - eles contando pra nós.

- E nós tamo à procura deles! a turma dele ta aqui! ele tem que contar pra nós aonde que eles deixaram o resto, da turma!

Ele [Josias] contou pra ele [militar]:

- Ta nesse local, pra cá assim, tal lugar, tal tal ... Assim nós fomos com ele, assim mesmo, com medo! A gente num podia dizer nada... faz de conta que a gente era mudo, né! num podia falar”.⁸⁶

⁸⁵ Idem, 2014, p. 17 e 18.

⁸⁶ Arquivo CNV, 00092.002730/2014-77. 2013, p. 21 e 22.

Um das principais características, para o êxito da terceira campanha de aniquilamento aos guerrilheiros, foram à colaboração da população local, seja por meio de intimidações aos moradores por parte do exército, promessas de terras ou a marginalização do movimento comunista e de seus ideais. Sabemos que tais informações passadas pelos militares aos moradores acerca dos guerrilheiros e suas ações, não foi como tal aconteceram. Não devemos nos esquecer de que ambos eram adversários numa guerra e suas estratégias eram para eliminar todo e qualquer ideal que fosse contra o governo. Os órgãos estaduais colaboraram para o “sucesso” nessa operação deixando a região em caos, durante e depois da guerrilha. Como podemos analisar nesse relato de intervenção dos agentes da FUNAI, contado pela Arihêra esposa de Umasu, que foi um dos indígenas que foram recrutados a guia dos militares:

“Tinha um coronel, mais mais... perigoso! trouxe corda - ele disse: - Esse aqui é pra amarrar bandido! Eu falei assim: - Pra quê isso aí? - Esse aqui é pra amarrar esses doidos aí ... Ai ele combinou com velho Mariano, né? [trabalhador braçal do Posto da Funai]: - Nós tamos precisando de... pra ir mostrar na mata, pra nós.

[...] Ele [Mariano, trabalhador braçal do Posto da Funai] falou assim:

- Alguém de vocês que... cada um... eu vou... escolher pra vocês, andar cum eles... Você vai, cada um índio vai pra cá, cinco soldado acompanhando vocês.

[...] Depois que ele falou pra nós, ele falou pra mim:

- Tu sabe por quê que nós tamos levando vocês? Porque é “terrorista”, rapaz! ele vai tomar todinha a terra de vocês! (ele falou pra mim). Esse aí é muito perigoso! você vai ficar sem terra de vocês! Eles já queria tomar tudinho - ele falou - a terra de vocês! por isso que nós tamos procurando! Num sabia nem o que é nada... [N]aquele tempo a gente num sabia de nada... eu num sei pra quê que chama “terrorista”! Nós num sabia o que era “terrorista”, “comunista”, nós num entende o que era “terrorista”! Depois que terminou, eu fiquei até o final, mataram tudo! Depois que terminou, foi embora, soldado espalharam tudo”.⁸⁷

Assim como Tawé, Arihêra também relata que não entendia o que era terrorista. Ambos não viam os guerrilheiros como mal, não havia tido confronto entre ambos para ser caracterizado como mal *kamará* (não índio) os jovens comunistas. Não faziam sentido as afirmações dos militares em que tais terroristas iam tomar suas terras, na medida em que os indígenas tinham tido um contato anterior, mesmo que pouco, com esses jovens e não eram eles seus inimigos, principalmente por questões de terras. O que ficava mais confuso para os indígenas saber de fato quem eram esses terroristas, pois tais informações não condiziam com o que eles sabiam dos guerrilheiros.

⁸⁷ GARCIA, op. cit, p 14, 15).

Os Suruí/Aikewara tem uma concepção distinta da concepção dos camponeses da região, quando o assunto é o fuzilamento dos guerrilheiros. Quando a revista GQ publicou que os indígenas Suruí/Aikewara que tinham feito às decapitações dos guerrilheiros toda a aldeia se revoltou, pois os mais velhos, os guias dos militares afirmam nunca terem feito isso e os mais jovens acreditam, pois a história oral tem um peso significativo para tais povos. Sendo que para os camponeses da região, segundo a reportagem, os indígenas passaram a ser visto como selvagens, sendo desacreditada a palavra dos indígenas. Porém, quando na entrevista um camponês afirma ter feito a decapitação de pelo menos de dois guerrilheiros, a população não se choca como quando se referiu aos Suruí/Aikewara. Por que ainda hoje temos essa imagem dos indígenas como selvagens? Como podemos ter tanta dificuldade de acreditar na fala dos mesmos?

No intuito dos Suruí/Aikewara em limpar sua memória suas falas soam também como um esclarecimento das afirmações historicamente construídas, mais do que indicarem as violações ocorridas durante o período militar. Assim, juntamente com a CNV e outros órgãos de investigação no episódio da Guerrilha do Araguaia quebrar o silêncio que se perdurava desde o fim do conflito e falar sua versão dos fatos é a arma mais poderosa que essas pessoas têm. Falar do que aconteceu na guerrilha não é uma boa lembrança para os Suruí/Aikewara, há uma memória traumática que por muitos anos foi silenciada. E o contexto atual, em que tais relatos foram colhidos entre 2012 e 2014 atuação da CNV, tem muita relevância na construção destas memórias.

O interesse de “limpar” essa imagem de “selvagem, bárbaro” dos Suruí/Aikewara depois da circulação da matéria, partiu não somente dos mais velhos da aldeia como também dos jovens. A interferência da mídia, a publicação de uma entrevista contribuiu de forma determinante para a mudança de comportamento desse grupo, que não podemos considerar como negativa ou positiva. Por mais negativa que seja, essa publicação fez com que despertasse o interesse dos indígenas em esclarecer a seu modo os fatos que os envolveram na Guerrilha do Araguaia, participando ativamente das audiências conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade, onde os mesmos tem grande potencial e contribuíram de forma contundente nos esclarecimentos dos fatos, chegando a criar sua própria comissão.

A mídia, para o bem ou para o mal, é uma das principais peças desse jogo de negociações em toda e qualquer sociedade. Podemos perceber na forma como a Guerrilha do Araguaia ainda é retratada em alguns meios de comunicação. Inicialmente essa história foi contada apenas pelos militares como a história “oficial” que tem um objetivo distinto dos discursos que vieram em seguida. Anos depois outras narrativas estão sendo contadas,

pelos indígenas, camponeses, estudantes, operários e profissionais liberais através da Comissão Nacional da Verdade, juntamente com vários pesquisadores.

Logo, a memória é um mecanismo fundamental nesse processo, pois é importante lembrar que é uma história que não está completamente esclarecida, na medida em que, como vimos pela publicação da reportagem, as implicações do presente condicionam diretamente a narrativa do passado, o que contribuem para a mudança em alguns relatos. Jacques Le Goff ⁸⁸ discute essa relação documento, monumento e a importância do passado para a construção da memória em seu coletivo. A história, filha da memória, visa a reconstrução do passado para atender, por exemplo, tanto as necessidades do presente, como realizar uma nova representação de seu passado, seletiva, parcial e ligada a novos interesses e necessidades. Assim, setes relatos orais dos Suruí/Aikewára mais velhos que são determinantes para própria existência e permanência em suas terras, segundo os relatos colhidos.

Paula Monteiro trabalha com relatos dos atuais professores na aldeia Sororó, que são os netos da guerrilha do Araguaia, que buscam no passado, entender como este evento, mesmo não iniciado por seu grupo, compõem um episódio da história recente dos Suruí/Aikewara. Uma memória que não é tão traumática para esses netos da guerrilha, os professores, como são para os filhos, como relata na fala de um dos professores Aikewára:

Relato de Tymykong mostra que para ela a história de submissão de seu povo na guerrilha não faz parte da história dos Aikewara. Quando ela fala “Não, é só a nossa mesmo...”, chama atenção para esse distanciamento. Afinal, não foi uma história construída através da própria vontade, da liberdade do povo de exercer seus costumes e cultura, foi uma história imposta”. ⁸⁹

Essa história é contada não mais como uma memória traumática para os mais jovens indígenas, na medida em que os mesmo não viveram o acontecimento e sim seus pais e avós, mas como uma história que deve ser contada aos mais novos como um acontecimento que deixou suas marcar até o momento. História contada não como uma obrigação escolar, na medida em que os mesmo não se sentem pertencentes a tal fato, mas sim histórias orais fora do âmbito escolar contada pelos mais velhos. O que não deixa de ser uma forma de educar dos novos professores que se mostram preocupados, pois não será esquecida para o povo Suruí/Aikewara mesmo não estando nos currículos escolares.

⁸⁸ LE GOFF, Jacques. Documento, monumento. In: *História e Memória*. Campinas: EdUnicamp, 1992.

⁸⁹ MONTEIRO, Paula Miranda. *Os Suruí/Aikewara nos tempos da guerrilha do Araguaia: história, memória e educação*. UNICAMP, 2018, p. 11.

Tema ainda distante de debates no currículo escolar, bem como a própria representação contemporânea dos indígenas, a negação por parte de uma parcela da população em discutir ainda é regra. Como ressalta Monteiro “ter esta consciência do passado não significa se agarrar nela para viver lamentando, ainda que esse seja um direito do povo, mas significa, sobretudo, saber de seu passado e a partir disso ter mais segurança para caminhar para o futuro.”⁹⁰ Na medida em que as sociedades, no caso aqui as sociedade indígenas, buscam em seu passado fortalecer sua cultura para se fortalecerem no presente, a construção da memória desta participação adentra o presente como estratégia de sobrevivência e reparação de suas terras através desses traumas.

Segundo Mateus Pereira não ter conhecimento das questões que o cerca o levará a acreditar no que te dizem, que certamente será dito por um grupo dominante. O conhecimento liberta o senso crítico, pois “cabe sempre destacar que as disputas de memória são também disputas de poder, em especial os conflitos em torno de um ‘passado’ que ainda é atual, como é o caso da Ditadura Militar brasileira”.⁹¹

Pensando nessa disputa de poder na construção da memória acerca dos indígenas, desde colonização vem sendo elaborada uma história de submissão ao “branco”. Essa concepção solidifica essas visões estereotipadas, enquadrando tais povos a um nível de inferioridade onde em todos os contextos não indígenas se sente no direito de “cuidar” dos indígenas. O que observamos ao longo da ditadura militar é que o sistema ainda os colocaram como coadjuvantes do processo, seguindo escolhas e decisões tomadas não por suas necessidades, mas daqueles que ocuparam suas terras.

Uma das mazelas desse período foi à demarcação das terras dos Suruí/Aikewara bem menor que realmente são. Somente para ilustra, Roberto da Matta e Roque Laraia destacam em sua obra um rio que existia dentro da aldeia, da nova estrada que corta as terras indígenas, mas que depois da demarcação tal rio e estrada ficam fora dos limites das terras indígenas.⁹² Com o processo de integração da Amazônia que trouxe investidores com objetivos de ocupar as terras, sendo uma hipótese para essa delimitação ter sido feita errada. Com a participação do INCRA na região fazendo a divisão de terras acabou desfavorecendo os indígenas e favorecendo os grandes investidores que migrava para a

⁹⁰ Idem, p. 14.

⁹¹ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)*. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, set/dez 2015, p 889.

⁹² Op. cit.

região, característica comum em diferentes etnias em todo o país nesse contexto.⁹³ De acordo com o relatório “a demarcação de um território para os Suruí/Aikewara era a ‘recompensa’ que os servidores do Posto da Funai apresentavam como uma espécie de justificativa para o envolvimento dos indígenas, com o aval oficial, na repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia”.⁹⁴ O indígena Masara em depoimento afirma:

[...] “ele tá falando assim (...) diz que se ele não isse [fosse] com ele [soldados], acompanhar, ele num ia dar terra pra ele não! Aí se ele isse [fosse], ele ia dar terra pra ele! Aí mentiram pra ele, que ele ía dar terra pra ele, ameaçou ele! Se ele num isse [fosse], aí num ia dar terra não! Por isso ele foi, sabe? num sabia de nada não, o quê que tava acontecendo!”.⁹⁵

As terras dos Suruí/Aikewara não tinham sido demarcadas antes da Guerrilha do Araguaia, uma das “justificativas” dos militares por estarem à procura dos guerrilheiros e de terem o apoio dos indígenas, era de que tais grupos de comunistas queriam tomar as terras da união, por isso à permanência do exército na região. Em 1977 a demarcação das terras dos Suruí/Aikewara foi feita com uma área bem menor da área ocupada.⁹⁶ Posteriormente, organizações não governamentais passaram a apoiar minorias com questões agrárias, onde a luta dos Suruí/Aikewara começou a ter um apoio externo de fato, não só dos agentes da FUNAI, para a revisão da demarcação de suas terras, ainda no final da década de 70. Os indígenas juntamente com essas organizações foram montando estratégia para o uso das terras para que esse revisionismo acontecesse, impedindo que as grandes empresas cada vez mais expandirem em suas terras.

Táticas para a expansão do plantio de alimentos demonstram as autoridades competentes que a populações indígenas cresceu consideravelmente, não sendo suficientes suas terras, além de demonstrar através da memória, dos mais velhos e até mesmo dos militares que andaram na região, que a demarcação está equivocada, sendo necessário rever seus limites, pois rios que apareciam nos relatos anteriores que faziam parte das terras agora estão de fora e são elementos essenciais para a preservação da cultura e da sobrevivência dessa etnia na região.

⁹³ De acordo com o relatório para a CNV povos indígenas que sofreram violação de direitos humanos que estavam sob a proteção de órgãos como a FUNAI e o antigo SPI foram: os cintas-largas (RO), uaimiris-atroaris (AM), tapaiúnas (MT), ianomâmis (AM/RR), xetás (PR), panarás (MT), paracanãs (PA), xavantes de marãiwatsedé (MT), arauetés (PA) e araras (PA). Mas há muitos outros, como os avás-canoeiros (TO), acraticatejês (PA), crenaques (MG) e os Suruí/Aikewáras (PA) que são o objeto da pesquisa.

⁹⁴ Arquivo CNV, agosto 2013, n. 00092.002730/2014-77, p. 27.

⁹⁵ GARCIA. Op. cit., 2014, p. 27.

⁹⁶ Hoje a terra Indígena Sororó, tem 26.258 hectares, homologados por meio do Decreto 88.648 (publicado no DOU em 31.08.1983).

Para além de um desfecho, os trabalhos da CNV e da Comissão Suruí/Aikewara demonstram como nossa história recente, especificamente da ditadura militar ainda possuem muitas páginas a serem esclarecidas. Os arquivos estão sendo abertos, as análises e debates estão à prova, e os grupos indígenas, tais como os Surui/Aikewara, ainda permanecem como sujeitos de uma história em construção. Muitos outros capítulos ainda serão tecidos pelos rastros da memória indígena...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão de Anistia, criada em Setembro de 2014, na reta final das investigações de violação dos direitos humanos durante o período militar, puniu o estado pelas violações ocorrida no evento, obrigando a fazer um pedido de desculpa formalmente aos Suruí/Aikewara, além de indenizar 14 (quatorze) indígenas. Sendo o primeiro caso de pedido de reparação pela violação de direitos por partes dos indígenas durante a ditadura militar, na medida em que não foi apenas o Suruí/Aikewara que tiveram seus direitos violados nesse período. Todavia, deve-se reconhecer que é uma decisão histórica e que abre as portas para que tenhamos uma sociedade mais justa.

Uma das preocupações ao longo deste trabalho foi a de tentar compreender a participação do grupo indígena Suruí/Aikewara na Guerrilha do Araguaia, buscando compreender como esta memória é atualmente construída pelo grupo e exerce força na busca de reparações que permeia este acontecimento. Contando com uma rica documentação produzida centralmente pela Comissão Nacional da Verdade, buscamos elucidar, a partir das próprias narrativas indígenas, um novo olhar para a história deste grupo e, diretamente, deste acontecimento.

Logo, foi possível compreender como a Guerrilha do Araguaia foi palco de muitos conflitos contando diretamente com a participação de vários grupos, que, cada um a seu modo, estão conectados na compreensão deste acontecimento e consequentemente na própria atuação da ditadura militar. Discorrer sobre tal assunto não foi simples, na medida em que trabalhar com memórias tem suas complexidades e quando se trata de uma memória traumática se torna ainda mais difícil, pois estão misturada a posicionamentos, tendências e silenciamentos. Os sobreviventes que sentiram na pele a força repressiva do estado durante o episódio e em seu pós, aos poucos conseguem falar abertamente sobre suas lembranças.

Para tanto, este trabalho se organizou em três eixos principais: análise bibliográfica a respeito da Guerrilha do Araguaia do final nas últimas três décadas, o papel da Comissão nacional da Verdade na investigação acerca da violação dos direitos Humanos durante a ditadura milita, bem como a análise dos relatos do Suruí/Aikewara para a CNV no intuito de contar sua versão dos fatos. No que se referem às leituras, elas se basearam não apenas em livros, mas também em artigos, sites, teses e relatórios.

Entendemos que as produções até o momento sobre a Guerrilha do Araguaia e

esta participação indígena são sucintas se comparada à sua complexidade e importância, tendo muito ainda o que discutir e analisar. No Brasil, assim como em outros países que viveram regimes autoritários, como Argentina, Chile e Uruguai, ainda vivem momentos semelhantes, guardados as devidas proporções, na busca por esclarecimento sobre as atrocidades cometidas pelo Estado a uma minoria, durante estes regimes.

Todavia, a historiografia brasileira até o momento aborda de forma contundente alguns grupos, como os guerrilheiros e os camponeses. Com a chamada virada cultural que busca viabilizar as minorias, porém os povos indígenas ainda não aparecem com seu protagonismo em tal evento, e quando aparecem estão à mercê de ideais de não indígenas, longe, em nosso entendimento, de apreender a diversidade de interesses e motivações destes sujeitos ao longo do acontecimento.

Pelas fontes analisadas, ficou mais que evidente a participação e conexão deste grupos com os caminhos da guerrilha. Observa-se que foi montada uma base em sua aldeia, o que provocou uma mudança completa em sua rotina e cultura. Ao longo do conflito o exército permaneceu na região reprimindo qualquer tipo de manifestação que fosse de alguma forma conectada a presença e ação guerrilheira. Logo, mais do que apenas habitarem o mesmo espaço, este grupo adentrou o conflito diretamente pelas ações de caça aos comunistas, servindo de guias, e apresentando e mapeando o local para o exército, mas bem longe da perspectiva de serem “caçadores” apoiadores do sistema ali instaurado.

Mesmo após o conflito, o que a historiografia denomina como “guerra que veio depois” a presença militar não cessou, centrada principalmente na busca dos corpos enterrados, principalmente nas terras indígenas. Este desdobramento adentraria diretamente a leitura externalizada da participação Suruí/Aikewara no conflito, o que contribuiria para a construção da narrativa de apoiadores da ditadura. Para as gerações contemporâneas dentro da aldeia, a luta pela construção de uma nova memória transforma-se então em uma forma de reparar seu povo, mas também como uma estratégia de busca de ampliação de seu território, sensivelmente diminuído ao logo da década de 1970.

Assim, por diferentes perspectivas se pode observar o evento como uma estrutura que desloca o Suruí/Aikewara de sua suposta posição de "cortadores de cabeça", reposicionando-os agora, como vítimas, e em extensão como sujeitos de direitos de reparação. Além de como tais povos veem na Comissão Nacional da Verdade uma oportunidade de que seus anseios sejam atendidos, contar sua versão dos fatos remontam uma nova construção de seu passado recente. Os Suruí/Aikewara lutam pela sua sobrevivência de acordo com suas possibilidades. Entendemos que mesmo com o pedido

de desculpas formais feitas pelo Estado aos indígenas e indenizações individuais estas não postas para os mesmos como suficientes, na medida em que todo o coletivo foi prejudicado no evento e em seu pós, sendo colocada como reparação a regularização de território.

Esses sujeitos têm interesses e vantagens significantes ao participar de tal acontecimento, como tem na contemporaneidade como qualquer outro sujeito, pois são capazes de perceber o que lhes envolve, agindo conforme seus interesses. A ampliação e o gradual abrir dos arquivos nas últimas décadas, conjuntamente a realização destes depoimentos, tem demonstrado como realmente as terras nesta região sofreram significativas transformações, em que espaços de rios e castanhais ficaram fora dos limites desta demarcação ocorrida em 1977, sendo engendrado assim nestas novas comissões como estratégias e buscas de/para reparação.

Desta forma, o presente trabalho buscou também construir e, ao mesmo tempo, colaborar para novas leituras sobre a própria presença e participação indígena em nossa sociedade, que ainda tem dificuldade em concebê-los como grupos em movimento, longo de um lugar de submissão, pertencentes ao século XXI. Essa visão de que os indígenas são incapazes de montar estratégias de sobrevivência de acordo com seu contexto tem que ser desconstruído na medida em que só camufla as mazelas que esses povos indígenas passam.

Agora, depois desta trajetória de leituras e debates ao longo da graduação, não me pergunto mais se nesta região não existiam pessoas antes, mas sim, como estes estão presente e são protagonistas de sua própria história.

FONTES

FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando: “O tempo da guerra” – os *Aikewara* e a guerrilha do Araguaia. Relatório Comissão Nacional da Verdade, Maio 2014.

Carta de Guilherme Gomes Lund para seus pais, datada de fevereiro de 1970. *Comissão Nacional da Verdade* – Relatório – Volume I – Dezembro de 2014, p. 680.

Carta de Frei Gil Gomes Leitão ao Frei Domingos, datada em 09 de setembro de 1972.

Leitura da carta dos Suruí/Aikewara pelo responsável Winorru à Comissão Nacional da Verdade. Audiência de 13 de maio de 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/carta_aikewara.pdf. Acessada em 23/02/2019.

Revista GQ, abril/2011. Disponível também online em: <http://lfigueiredo.wordpress.com/2012/01/31/arquivo-de-reporter-o-segredo-dos-indios-aikewara/>

Sentença que define a quebra de sigilos por parte dos militares IN: PEIXOTO, Rodrigo. *A guerra que veio depois da guerrilha*. ACERVO, RIO DE JANEIRO, V. 27, Nº 1, P. 239-253, JAN./JUN. 2014.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Rutileia Lima. *Geografia regional contemporânea do bico do papagaio: a região e a regionalização*. XI Encontro ANPEGE. São Paulo, Unesp, 2015.

ARENZ, Karl Heinz. *Lacaios ou líderes: os principais indígenas nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (século XVII)*. in: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Paka-tatu, 2016.

BAUER, Caroline S; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regima de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

BELTRÃO, J. et al. *De vítimas a indiciados: um processo de ponta-cabeça*. Surui Aiekewara versus Divino Eterno. Laudo antropológico. Espaço Ameríndio. Porto Alegre. V2, n2, jun/dez 2008.

BRAGA, Magno M. Marçal. *Rota Transamazônica: Nordestinos e o Plano de Integração Nacional*. 1. ed. Curitiba: Pismas, 2015. v. 1.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Vol. 01. Brasília, 2014.

CABRAL, Pedro Correa. 1993. *Xambioá: guerrilha do Araguaia*. Rio de Janeiro: Edit. Record.

CALHEIROS, Orlando. *Aiekewara: Esboços de uma sociocosmologia tupi-guarani*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional/ UFRJ, 2014.

CAMPOS F.o, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

CARVALHO, Luiz Maklouf. 2004. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Índios no Brasil e presença missionária*. 1982. Mapa em 1 folha.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

FARIA, Mateus Henrique de. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História* Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando: “O tempo da guerra” – os *Aiekewara* e a guerrilha do Araguaia.

FIGUEIREDO, Lucas. “O segredo dos índios Aiekewara”. *Revista GQ*, n.1, abril 2011, pp. 156-163.

FIGUEIREDO, LUCAS. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das letras, 2015

FONTELES, Paulo. *Araguaianas. As histórias que não podem ser esquecidas*. Fundação Maurício Grabois, Anita Garibaldi. São Paulo, 2013.

GARCIA, Andrea Ponce. *Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN;

_____. “Trajetória da(s) memória(s) Aikewara: do evento da Guerrilha do Araguaia até a Comissão de Anistia no atual contexto de revisão da ditadura brasileira”. Dissertação, Unicamp, 2015.

GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Memória individual e coletiva. 2ª ad. São Paulo, Vértice, 1990. p. 64.

KOTSCHO, Ricardo. 1982. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª ed.

LAIARA, Roque de Barros; MATTA, Roberto da. *Índios e castanheiros: a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 35).

LE GOFF, Jacques. Documento, monumento. In: “História e Memória”. Campinas: EdUnicamp, 1992.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: Paulistas e Militares Na Amazônia*. Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém. 2000.

NEVES, Ivânia dos Santos; CORRÊA, Maurício Neves. *O povo indígena Aikewára e a Guerrilha do Araguaia: mediação, apropriação e resistência nas fronteiras de identidades*. “Amazônia e o direito de comunicar” - Belém/PA, 2011.

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícios: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, Nº. 18, p. 56-86, jan./jul. 2015. <http://revista.anphlac.org.br/>.

NOSSA, Leonêncio. 2012. *Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Cia das Letras.

MARTIN, Andrey Minin. *Produzir energia, (pro)mover o progresso: o Complexo Hidrelétrico Urubupungá e os caminhos do setor energético*. Tese. Doutorado em História. UNESP, 2016. 351 f.

MECHI, Patricia Sposito. 2012. “*Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*” Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MONTEIRO, John Manuel. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. In: FAUSTO, Carlos; MONTEIRO, John Manuel. (Org.). *Tempos Índios: História e Narrativas do Novo Mundo*. Pag. Antologia Índios, 2007.

MONTEIRO, Paula Miranda. *Os suruí/aikewara nos tempos da guerrilha do araguaia: história, memória e educação*. XIV Encontro Nacional de História Oral. Unicamp, 2018.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. 2005. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Edit. Anita Garibaldi, 4ª. ed.

MOURÃO, Monica. 2005. *Memórias clandestinas. A imprensa e os cearenses desaparecidos na Guerrilha do Araguaia*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora

MOURA, Clóvis (Apresentação). 1979. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Ed. Alfa Ômega. Série História Imediata.

PEIXOTO, Rodrigo, C.D. 2011. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, Belém, /v.6, n.3, p. 479-499, set-dez

PEREIRA, Airton dos Reis. “*Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*”. - Recife: Editora UFPE, 2015.

PEREIRA, Mateus Henrique de faria. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História Belo Horizonte*, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 12.

POMAR, Wladimir. 1980. *O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Editora Brasil Debates.

PORTELA, Fernando. 1986. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 7ª. ed.

RODRIGUES, Antonio. 2008. *Araguaia – entre soldados e guerrilheiros*. Curitiba: Protexto.

ROCHA JUNIOR, Deusdedith A. A Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Dissertação. Brasília:Unb, 1995.

ROSA, João Guimarães. Com o vaqueiro Mariano. Rio de Janeiro: Edições Hipocampo, 1952.

SÁ, Glênio. *Araguaia – relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.

SALLES, Jean Rodrigues. “*O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política*”. Cadernos AEL. Tempo de Ditadura. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth/FHC/ UNICAMP, 2001.

SANTOS, Rafael R. N. dos. “*DIS O ÍNDIO...*”: outra dimensão da lei: políticas indigenistas no âmbito do Diretório dos índios (1777-1798). Dissertação, UFPA, 2014.

SANTOS, Rafael R. N. dos; SANTOS, Pyterson Romano dos. “Protagonismo indígena por meio do Aconteceu Boletim (1980-1987): lutas, tensões e perspectivas no processo de redemocratização”. In: COELHO, Anna C. Abreu; MACHADO, Eliane M. *Do Ensino de História em novas fronteiras: ou de como se faz pesquisa e extensão no Sul e Sudeste do Pará*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2010.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura. 2002. *Movimento comunista brasileiro. Guerrilha do Araguaia, revanchismo, a grande verdade*. Brasília: edição do autor. 51

SOUSA, Deusa Maria de. 2011. *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. Tese de Doutorado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

STUART, Hugo. 2006. *A lei da selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial.

TELES, Janaína de Almeida. “Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)” *História Unisinos* 18(3):464-480, Setembro/Dezembro 2014.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Oban/Doi-Codi. Brasília, Editerra Editorial, 1987.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ANEXOS



Imagem 01 – Tibaku do Suruí em participação da Comissão Nacional da Verdade.

Marabá, 2013. Foto: Lívia Mota. ASCOM.



Imagem 02 – Índio Suruí/Aikewara em frente à Câmara de Marabá.

Foto: Lívia Mota. ASCOM.



Imagem 03: Membros da Comissão Nacional da Verdade. Composição da mesa (da esquerda para a direita): Sezostrys Alves, Edemilson Rodrigues, Maria Rita Kehl, Paulo Fonteles Filho e João Salame. FOTO Wilkie Buzatti. CNV.



Imagem 04: Entrega do Relatório da Comissão Suruí/Aikewara para CNV. Foto: Juliana Tavares. ASCOM.